

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

JULIANA MAFACIOLI VIEIRA

**O TERCEIRO PERSONAGEM E SUA ATUAÇÃO EM REDE:
UM OLHAR SOBRE AS ORGANIZAÇÕES QUE
DESENVOLVEM APRENDIZAGEM EM
FLORIANÓPOLIS/SC.**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL

DEFENDIDO E APROVADO

EM:

01/03/07


Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

FLORIANÓPOLIS

2006/02

JULIANA MAFACIOLI VIEIRA

**O TERCEIRO PERSONAGEM E SUA ATUAÇÃO EM REDE: UM
OLHAR SOBRE AS ORGANIZAÇÕES QUE DESENVOLVEM
APRENDIZAGEM EM FLORIANÓPOLIS/SC.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina como
requisito para obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Professora Doutora
Vera Herweg Westphal.

FLORIANÓPOLIS/SC

2006/02

JULIANA MAFACIOLI VIEIRA

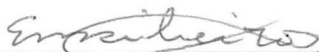
**O TERCEIRO PERSONAGEM E SUA ATUAÇÃO EM REDE: UM
OLHAR SOBRE AS ORGANIZAÇÕES QUE DESENVOLVEM
APRENDIZAGEM EM FLORIANÓPOLIS/SC.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

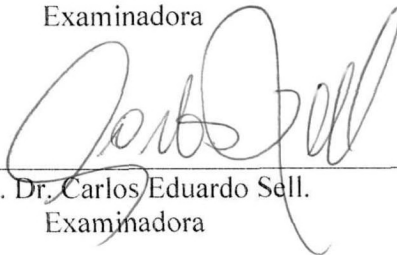
BANCA EXAMINADORA



Prof^{ta} Dr^a. Vera Herweg Westphal.
Orientadora



Prof^{ta} Dr^a. Edaléa Ribeiro.
Examinadora



Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell.
Examinadora

Florianópolis, março de 2007.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente devo agradecer à Professora Vera, pela paciência, disposição, disponibilidade, atenção e carinho durante a orientação deste trabalho e pelos momentos únicos de aprendizado por ela proporcionados.

Agradeço às minhas amigas da vida toda, pela força, carinho e momentos inesquecíveis de alegria e cumplicidade. As gaúchas Fê, Luci, Rê, Andy, Manu e Julia obrigado pela parceria e amizade incondicional. Amo muito vocês.

Não poderia deixar de agradecer à Cristina, por sua amizade especial e por sua maturidade perante a vida que têm me ensinado a ser uma pessoa melhor. À Michele, pela parceria de todas as horas, sempre disposta a escutar as repetidas angústias e tolerar as mudanças inesperadas de humor ocorridas ao longo da construção do trabalho; obrigado amiga por estar sempre ao meu lado com sua alegria e bom humor. E a Juliana, minha grande amiga, exemplo de determinação e postura profissional.

Devo um agradecimento, às minhas colegas de 8º fase por compartilharem este momento tão especial em nossas vidas. Mas principalmente às amigas, Melissa por sua doçura e paciência; Fernanda por sua alegria contagiante e agradável amizade e Rosana por sua maturidade. Obrigado por serem meu porto seguro e minha família nos momentos difíceis ao longo do curso.

À minha mãe, deixo um agradecimento especial por ser ela a base de tudo, amiga, conselheira, amor da minha vida; ao meu pai por sempre ter deixado escolher livremente meu próprio caminho e assim contribuindo para que eu me tornasse o que sou hoje; e ao meu irmão, por quem nutro um amor todo especial.

Por fim, agradeço a Deus pela vida que tenho e por ter me iluminado, colocando pessoas maravilhosas ao longo do meu caminho.

RESUMO

O tema do presente estudo se propõe a identificar como as Organizações do Terceiro Setor, que desenvolvem o projeto de Aprendizagem (baseado na Lei.nº10.097/00) no município de Florianópolis/SC se articulam em rede. O trabalho visa refletir como ocorre à articulação entre as Organizações do terceiro setor; sua relação com as entidades financiadoras, o Estado e seu público alvo; identificar se há uma cultura organizacional de captação de recursos e parceiros; levantar e refletir acerca da inserção do Serviço Social no trabalho em rede; para no final verificar se há articulação/parceria entre as Organizações, ou se ela ainda é inexistente. A exposição parte de uma pesquisa exploratória de estudo misto, quantitativa e qualitativa, realizada em seis Organizações privadas sem fins lucrativos, que desenvolvem o projeto de Aprendizagem no município de Florianópolis/SC. O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semi-estruturada respondida por pessoas chaves dentro da organização. Para analisar os dados coletados utilizou-se como marco teórico sobre o terceiro setor autores como: Carlos Montaña (2002), Carlos Eduardo Sell (1997), Leila Landim (1993) e Rubem César Fernandes (1994). Para realizar a análise sobre redes e parcerias foi utilizada primordialmente a teoria de Ilse Scherer-Warren (2006). A apresentação dos resultados da pesquisa é realizada ao longo das duas seções do trabalho. Na primeira seção o foco é o terceiro setor, nela explicitamos sobre sua diversidade conceitual, legal e abordamos a heterogeneidade das organizações que o compõem. A segunda seção é dedicada às redes, articulações e parcerias; onde são analisadas as possibilidades e dificuldades para a realização do trabalho em rede. Os resultados da pesquisa demonstram a centralidade do papel do Estado na manutenção das Organizações do terceiro setor, seja via leis e decretos, seja via financiamento direto; além de identificar que as Organizações pesquisadas não possuem uma cultura de articulação entre organizações visando um projeto maior, de interesse para a sociedade, o que está presente é uma visão endógena e individualista das organizações na maioria das vezes. Constatamos ao final do trabalho, que o terceiro setor é um campo contraditório com possibilidades e retrocessos, e pode servir tanto para a garantir de direitos como para desmantelá-los e isto vai depender de como este setor se articula para atuar.

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro Setor, Organizações, Redes e Aprendizagem.

LISTA DE SIGLAS

Art.	Artigo
CEAS	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNS	Confederação Nacional do Comércio
CSDS	Centro de desenvolvimento social
ICON	Instituto Comunitário de Florianópolis
IVA	Instituto Voluntários em ação
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
ONGs	Organização não Governamentais
OSCIPs	Organizações da sociedade civil de interesse público
OSs	Organizações Sociais
OTS	Organizações do Terceiro Setor

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Entidades Pesquisadas	26
Tabela 02	Associações Cíveis na Cidade de São Paulo, por Décadas	27
Tabela 03	Atuação das Entidades Pesquisadas	39
Tabela 04	Projetos Desenvolvidos	42
Tabela 05	Inserção do Assistente Social nas OTS	45
Tabela 06	Redes e Parcerias	54
Tabela 07	O Projeto Aprendizagem	56
Tabela 08	Estratégia para a captação de Parceiros	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Fonte de Recursos financeiros das OTS	36
------------	---------------------------------------	----

Amanhã vai ser outro dia...
Hoje você é quem manda falou ta falado não tem discussão, não.
A minha gente hoje anda falando de lado e olhando para o chão, viu.
Você que inventou esse estado, acabou de inventar toda escuridão.
[..] Apesar de você, amanhã há de ser outro dia
Eu pergunto a você onde vai se esconder da enorme euforia
Como vai proibir quando o galo insistir em cantar
[..] Apesar de você, amanhã vai ser outro dia
Você vai reviver o amanhã renascer e esbanjar poesia
Como vai se explicar vendo o céu clarear de repente impunemente
Como vai abafar nosso coro a cantar na sua frente
Apesar de você...

Chico Buarque, 1970.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: HISTÓRIA, CONCEITOS E CONTRADIÇÕES	14
1.1 REVISITANDO A TRAJETÓRIA DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL	14
1.2. TERCEIRO SETOR: UM SETOR, VISÕES DIVERSAS	19
1.3. DIVERSIDADE ORGANIZACIONAL DO TERCEIRO SETOR	21
1.3.1. Conhecendo as Entidades Pesquisadas.....	22
1.4. O MARCO LEGAL DO TERCEIRO SETOR	28
1.5. A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO.....	34
1.6. ABRANGÊNCIA E DIVERSIDADE DE ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR.....	38
1.7. O ASSISTENTE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR	44
2. REDES E PARCERIAS NO TERCEIRO SETOR: BARREIRAS E POTENCIALIDADES	48
2.1. REDES E TERCEIRO SETOR.....	48
2.2. TIPOS DE REDES	52
2.3. BARREIRAS À FORMAÇÃO DE REDES	59
2.3.1. Atuação em rede: Possibilidades e Dificuldades.....	60
2.4. PRINCÍPIOS DE REDES ORGANIZACIONAIS	65
2.5. TRABALHO EM REDE: O FOCO NAS RELAÇÕES E PARCERIAS	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICES	79

INTRODUÇÃO

Longe de ser um fenômeno nacional, as Organizações Não Governamentais (ONGs) fazem parte de um fenômeno global, com características e trajetórias particulares em cada País. Mas, o que é efetivamente uma ONG? Como elas atuam? Elas nascem para assumir a responsabilidade Estatal ou são Organizações que vem para fortalecer a organização da sociedade civil¹?

Estas questões foram a base para a definição do objeto de Estudo, pois, uma vez que as ONGs atuam com as expressões da questão social que deveriam ser atendidas pelo Estado, elas se apresentam como executoras de atividades de interesse público fora do Governo, gerando de um lado o desmonte dos direitos sociais e colocando-se diante de uma lógica contraditória, ao mesmo tempo em que atendem a demanda populacional sem acesso aos serviços do Estado, descomprometem-no a cumprir seu dever, qual seja, garantir os direitos dos cidadãos.

Reconhecendo este fato, o interesse do trabalho está em identificar como se efetiva então o trabalho de ONGs que desenvolvem o Projeto de Aprendizagem, isto é, sendo que nenhuma organização perdura sem recursos financeiros, e nenhum trabalho focalizado trás grandes impactos sociais, as questões que presente trabalho pretende analisar são: Como é a relação das ONGs com o Estado, as entidades financiadoras e outras ONGs? E Como as ONGs se articulam em rede para dar conta do atendimento a população?

Ao final do trabalho, o objetivo será compreender como se realiza o trabalho em rede, e quais são as dificuldades e as possibilidades postas para as Organizações Não Governamentais para efetivar a articulação entre as mesmas.

Porém, para realizar a pesquisa foi necessário delimitar quais critérios seriam utilizados para definir quais ONGs seriam pesquisadas. Desta maneira optou-se por pesquisar as entidades que tivessem um projeto em comum, qual seja o da Aprendizagem. O interesse

¹ Aqui entendida como uma sociedade “extremamente complexa, contraditória e atravessada por ambivalências de todos os tipos [...] terreno ambíguo que desfaz as fronteiras entre a conquista de direitos legítimos e o mais estreito corporativismo; em que a experiência democrática coexiste com a [...] convivência com práticas mais autoritárias, em que a demanda por direitos se faz muitas vezes numa combinação aberta ou encoberta por práticas renovadas de clientelismo e favoritismo que repõem as diferenças onde deveriam prevalecer critérios públicos igualitários” (TELLES, 1998, p.93).

por este tema é decorrente da experiência vivida durante o estágio curricular realizado no primeiro semestre de 2006 em uma organização que desenvolve aprendizagem. Assim, o tema do presente estudo propõe-se a identificar como as Organizações do Terceiro setor (OTS), que desenvolvem Aprendizagem, se articulam em rede. É necessário, portanto, primeiramente esclarecer o que significa aprendizagem e porque a mesma foi utilizada para delimitar o objeto de estudo.

A aprendizagem profissional é destinada aos jovens a partir de 14 anos e está prevista em Lei pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/90) nos seus Art. 60 ao 69; pela Constituição Federal nos Art. 7º-, XXXIII e Art. 227 § 3º e regulamentada por legislação especial, Lei nº 10.097/00, que define os critérios e as entidades responsáveis pela aprendizagem.

De maneira genérica, a Aprendizagem é direito dos jovens e dever das empresas públicas e privadas, pois pela a lei qualquer empresa de médio e grande porte deve ter no mínimo 5% e no máximo 15% do seu quadro de funcionários de jovens aprendizes. Estes jovens aprendizes, por sua vez, além de trabalharem na empresa respeitando sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, devem ter assegurado, durante o programa de aprendizagem, trabalho educativo de capacitação para o exercício da atividade regular, remunerada e com todos os direitos trabalhistas garantidos. O texto previsto em lei prevê que a aprendizagem deva ser realizada por Programa Social sob responsabilidade de entidade governamental ou ***não governamental sem fins lucrativos***.

Assim, os jovens que participam do programa, além de trabalharem na empresa, possuem aulas teóricas a fim de aliar a prática vivida na empresa com a teoria que permite a capacitação profissional, e ainda são obrigados a freqüentarem a escola regular.

O trabalho, portanto, se propôs a analisar à articulação entre as Organizações que desenvolvem o projeto de aprendizagem em Florianópolis/SC; identificar a relação das mesmas com as entidades financiadoras, o Estado e seu público alvo; levantar a existência de uma cultura organizacional para captar recursos e parceiros; refletir acerca da inserção do Serviço Social nas organizações e no trabalho em rede; e ainda verificar se há articulação/parceria entre as Organizações, ou se ela ainda é inexistente. Para atingir os objetivos propostos foi realizada uma pesquisa em seis Organizações do terceiro setor, as quais exercem papel comum no tocante ao projeto de Aprendizagem.

A escolha das Organizações participantes da pesquisa partiu de uma consulta à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) de Florianópolis/SC, onde encontramos cinco organizações do terceiro setor que desenvolvem programa de Aprendizagem, regulamentadas.

Estas cinco foram selecionadas para a pesquisa e incluída outra, que embora não seja regulamentada pela DRT atua com o Projeto de Aprendizagem.

A pesquisa realizada foi do tipo exploratória que tem como finalidade proporcionar uma visão geral sobre determinado tema. Ela é a melhor maneira de pesquisar quando o tema é amplo e pouco explorado como é o caso da pesquisa em questão. O produto final deste tipo de pesquisa é um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados (GIL, 1987, p. 44).

Na pesquisa optou-se por utilizar o estudo misto, isto é, pesquisa qualitativa e quantitativa numa perspectiva dialética que segundo Minayo “pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos” (1994 p. 24). Esta escolha foi feita por se entender que o conjunto de dados quantitativos (voltados para dados brutos, objetivos) e qualitativos (voltados para explicar um nível de realidade que não pode ser quantificado) não se opõem, ao contrário se complementam e tornam a realidade pesquisada mais clara e passível de investigação mais concreta.

Para a coleta de dados foi realizada uma pesquisa documental acerca das entidades selecionadas (folders, internet, materiais cedidos pelas Organizações, etc.), e a realização de entrevista estruturada com questões fechadas e abertas, respondidas por pessoas chaves dentro da Organização (por exemplo: presidente, secretário, diretor.), por serem estas que detêm um conhecimento mais profundo da dinâmica organizacional e por saber como a mesma se relaciona com o ambiente externo.

A entrevista estruturada com perguntas abertas e fechadas foi definido partindo do princípio que a entrevista estruturada permite a análise estatística dos dados, além de ser um procedimento mais ágil por desenvolver-se “a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados” (GIL, 1987, p.117).

Porém, ao realizarmos a pesquisa estruturada somente com perguntas fechadas, que são aquelas cujas respostas já estão fixadas de antemão, não estaríamos contemplando totalmente a pesquisa qualitativa que necessita de elementos subjetivos para ser caracterizada como tal. Portanto resolvemos, definir a entrevista também com questões abertas, que segundo Gil (1987), são indicadas para pesquisas exploratórias e são aquelas que o entrevistado responde com suas próprias palavras. Desta maneira, aprofundamos “o mundo dos significados das ações e relações humanas” (Minayo, 1994, p.21) à nossa pesquisa, contemplando de maneira dialética os dados quantitativos e qualitativos enriquecendo, portanto, nossa análise.

Utilizou-se como marco teórico autores que possuem análises diferenciadas sobre o terceiro setor, a fim de evitar visões pragmáticas e reducionistas. Entre estes os mais expressivos são: Carlos Montañó (2002), Carlos Eduardo Sell (1997), Leila Landim (1993) e Rubem César Fernandes (1994). Para realizar a análise sobre redes e parcerias foram utilizadas primordialmente as análises de Ilse Scherer-Warren (2006) e a de diversos estudiosos sobre o assunto, encontrados em artigos de material específico sobre o tema, como por exemplo, no site eletrônico da RITS – Rede de informações para o Terceiro Setor.

O trabalho é dividido em duas seções, sendo a apresentação dos resultados da pesquisa realizada ao longo do trabalho. Na primeira seção o foco é o terceiro setor; nela é apresentada a legislação referente ao mesmo, seus conceitos, já que são diversas as visões encontradas sobre o tema, sua diversidade estrutural e organizacional e ainda, é realizado uma breve análise sobre a inserção do profissional de Serviço Social neste setor.

A segunda seção é dedicada à análise sobre as redes e parcerias. Nela se encontram análises sobre a constituição de redes, do ideal ao real; quais as dificuldades encontradas pelas organizações ao se articularem em rede, quais as possibilidades e desafios do trabalho conjunto e a diferença entre parceira horizontal e vertical entre as organizações atuantes em rede.

Enfim, neste trabalho, visa-se proporcionar uma visão ampla da dinâmica posta entre as relações das Organizações do Terceiro Setor (OTS) com o Estado, financiadores, público alvo e outras OTS, demonstrando como estas relações podem ser dialéticas e, por vezes, contraditórias. Além disso, pretende-se trazer uma reflexão sobre a importância da superação da visão endógena e individualista de cada OTS e a necessidade de articulação entre as organizações visando seu fortalecimento e maior articulação da sociedade civil como um todo.

O trabalho não tem a pretensão de trazer respostas e soluções para o trabalho em rede, mas sim, proporcionar a reflexão sobre o tema e ser utilizado de base para as Organizações interessadas em ampliar seu campo de visão e cumprir com o papel público a que elas se destinam na sua razão de ser, ou seja, não governamental de interesse público.

1. ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: HISTÓRIA, CONCEITOS E CONTRADIÇÕES

1.1 REVISITANDO A TRAJETÓRIA DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

Para compreendermos como as Organizações do Terceiro Setor assumem sua forma atual na sociedade é indispensável nos reportarmos a sua formação na história do Brasil e identificar alguns fatores que influenciaram na sua configuração ao longo da construção da sociedade brasileira.

O Brasil, descoberto por Portugal, esteve sob seu domínio durante 322 anos. Portugal quando aqui chegou, impôs o sistema Colonial com sua economia agrária, tendo como grupo dominante o Senhor de terras, latifundiários ou fazendeiros, com base no trabalho escravo. (IGLÊSIAS, 1993).

Os portugueses trouxeram, além do sistema colonial, a Igreja Católica, que ocupou papel central na configuração da sociedade da época, influenciando todos os períodos históricos posteriores. O Catolicismo tornou-se rapidamente a religião oficial e o papel da Igreja foi “fundamental na gestação de quaisquer espaços, iniciativas e valores ligados ao que podemos chamar de atividades filantrópicas na época Colonial” (LANDIM, 1993, p.13).

Para exemplificar a importância desta instituição para a sociedade da época, citam-se dois exemplos de ação da Igreja Católica que atualmente são considerados deveres do Estado, quais sejam a educação e a saúde. Em relação ao primeiro, os Jesuítas eram os responsáveis pela catequização dos índios e pela alfabetização das crianças. E o segundo, refere-se às Irmandades de Misericórdia, responsáveis pelos primeiros Hospitais, manicômios e asilos que existiram no Brasil. Neste sentido, Landim afirma:

O que poderia se chamar de “associações voluntárias” - as entidades privadas de serviços sociais, saúde, educação, criadas durante os três primeiros séculos, no Brasil - existiram basicamente no espaço da Igreja

Católica [...], permeadas portanto pelos valores da caridade cristã, dentro do quadro do catolicismo que se implantaria no País e tendo como pano de fundo as complexas relações dessa Instituição com o Estado. (1993, p.16).

Percebe-se, então, nestes primeiros séculos de Brasil, a clara simbiose realizada entre Estado e Igreja, isto é, fica evidente a relação imbricada entre as duas instâncias e, mais ainda, a Igreja funcionando, segundo Landim (1993), como órgão público na organização da sociedade civil. Não havia distinção entre papel do Estado e Igreja, entre dever estatal e filantropia católica, direito e caridade, e com isto inexistia o reconhecimento de direitos.

Entendermos a lógica do atendimento de necessidades humanas e prestação de serviços sociais do início da história do Brasil, isto é desde a chegada de Portugal, é fundamental, pois ainda hoje a marca deixada pela origem do “serviço social privado” realizado pela Igreja e suas entidades, podem ser percebidos quando se estuda as Organizações Privadas Sem Fins Lucrativos.

O surgimento do Serviço Social no Brasil está associado a este fenômeno. Iamamoto (1982) ao analisar a emergência desta profissão afirma que sua implementação não foi fruto de medidas emanadas espontaneamente pelo Estado, mas sim da iniciativa de grupos que se manifestaram por intermédio da Igreja Católica, demonstrando o alcance e a influência deste segmento na sociedade.

Com a proclamação da independência do Brasil em 1822, inicia-se o Brasil Império. Todavia não há de fato nenhuma ruptura com as estruturas anteriores, já que há a continuidade da produção agroexportadora e da manufatura e a Igreja Católica continua sendo a responsável pelas ações assistenciais da época. (CATANI, 2002).

Cabe ressaltar que até esta época a presença de organizações civis fortes e consolidadas era inexpressiva, isto devido, entre outros fatores, à sociedade colonial e ao escravismo não terem propiciado o desenvolvimento de formas autônomas de associação civil. Havia sim, muitas revoltas, guerras, campanhas e agitações populares, sendo que entre elas podemos citar a Inconfidência Mineira de 1789 e a Revolta Pernambucana de 1817, mas estas não podem ser consideradas associações institucionalizadas da sociedade civil. (LANDIM, 1993).

Ainda segundo esta autora, somente a partir do final do século XIX, na República Velha, as associações voluntárias ocupam lugar de destaque e se tornam expressivas na sociedade brasileira. Surgem as associações mutualistas, profissionais, de classe e sindicais. Há, portanto, uma mudança de perfil das entidades. Se antes havia a organização pela

motivação religiosa, há uma transformação nos seus interesses, qual seja, passam a politizar-se e formar grupos de interesse na luta por atendimento a demandas específicas. No entanto, é somente quase um século mais tarde, a partir de 1970, que o associativismo se desenvolve tornado-se um fenômeno mundial.

Mas voltando ao final do séc. XIX início do século XX é a partir de 1930 que ocorre a primeira ampla intervenção estatal nas expressões decorrentes da questão social². É nítido a expansão do Estado no financiamento e prestação dos serviços como educação e saúde. Porém, o regime ditador e corporativista do Estado também é evidente. Este reprime drasticamente os movimentos operários e atrela suas associações, como os sindicatos, à sua máquina estatal, tornado-os dependentes e controlados e ainda dismantelando a organização política dos movimentos de classe (IAMAMOTO, 1982). Por outro lado, é neste período que irão se desenvolver as transformações na sociedade civil, progressivamente e concomitantemente ao processo de expansão industrial, de constituição dos centros urbanos, dos setores operários e do início dos contingentes populacionais marginalizados.

Neste período as relações entre Igreja e Estado se reordenam. Através de uma sólida aliança e colaboração mútua entre ambos, surge inúmeras entidades sem fins lucrativos nas áreas de assistência social, saúde e educação predominantemente (LANDIM, 1993). É nesta época também, que não por acaso, surge a Lei nº 91/1935 que visa determinar as regras pelas quais as sociedades poderão ser declaradas como de utilidade pública e regulamentada posteriormente pelo decreto 50.517/1961 que expressa todos os requisitos para que isto aconteça.

Com a instauração do Estado Novo em 1937, o Presidente Getúlio Vargas realizou um governo centralizador e autoritário, dissolveu o Congresso Nacional, destituiu governadores, proibiu as greves e liquidou a independência de sindicatos (CATANI, 2002). Neste período controverso, as entidades sem fins lucrativos (ligadas à Igreja), receberam várias isenções e financiamento governamental para darem continuidade as suas atividades. Por outro lado o associativismo politizado formado por entidades civis independentes de esquerda e direita, como a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Independente, foram fortemente controlados, pressionados e abafados pelo Governo Getulista (LANDIM, 1993).

2 A Questão Social é entendida enquanto “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação os seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 1997, p.13).

Da metade dos anos 50 em diante, no segundo governo de Getúlio Vargas, ocorre um movimento de proliferação do associativismo civil, desta vez mais forte, politizado e relativamente autônomo ao Estado. As associações civis criadas na época se tornam peças fundamentais da história do Brasil, lutando em diversos aspectos da realidade Brasileira como educação, democracia, cultura, sindicalização rural, etc. Neste período de fortalecimento e proliferação da sociedade civil organizada há uma presença marcante do Estado, que permitiu ou influenciou a existência destas organizações. Neste sentido, Landim afirma que:

Este período de efervescência da sociedade civil brasileira no qual foram atores importantes *organizações privadas sem fins lucrativos* de objetivos diversos – como lutas e pressões econômicas e políticas, promoção de direitos civis, cultura, pesquisa, educação, desenvolvimento comunitário, etc. - permeadas pelos debates ideológicos e forças políticas que então se defrontavam e tendo como referência a atuação através de, ou em colaboração com órgãos governamentais (1993, p.28).

Em 9 de abril de 1964, foi decretado o A11, instaurando a ditadura militar, acabando com as eleições diretas para a presidência da república e nomeando o marechal Castello Branco como novo presidente (CATANI, 2002, p.76). É durante o período de repressão, perseguição e autoritarismo, o qual dura até 1985, que a sociedade civil se reorganiza e se mobiliza influenciada por um conjunto de fatores para além da mudança de regime, qual seja “a modernização acelerada da sociedade, mudanças nas políticas sociais governamentais, a presença de novos atores internacionais na cooperação não governamental, transformações nas relações entre Igreja e Estado” (LANDIM, 1993, p.29). Todos estes fatores contribuíram para o aparecimento e multiplicação de entidades atuando em diferentes campos com relativa autonomia ou até mesmo oposição em relação ao Estado.

Portanto, as Organizações do Terceiro setor surgem concomitantemente à uma nova sociedade organizada, na qual esta última baseia-se em ideários de autonomia em relação ao Estado (TACHIZAWA, 2004). A mesma lógica das Organizações em oposição ao Estado é também ressaltado por Doimo (1995 apud SELL, 1997, p.71) ao afirmar que o “alto poder expressivo – mobilizador [dos movimentos sociais e ONGs] instaura um ethos de negatividade indiscriminada à esfera institucional”, pelo menos no seu surgimento.

Durante o período militar, principalmente no processo de transição democrática, em 1970 e meados de 1980, as Organizações não Governamentais (ONGs) se proliferaram. Fernandes (1988 apud SELL, 1997) afirma que as ONGs tornaram-se um fenômeno no

continente a partir da década de 70. Neste período onde a população lutava pela redemocratização do país, muitos setores estavam mobilizados pela questão democrática, mas “as associações civis, eram a face mais ativa deste debate que reunia associações profissionais [...] e grupos ativistas reunidos em ONGs” (CARDOSO, 2004, s.p.).

Ainda, segundo Cardoso, a sociedade civil organizada foi fundamental durante o período da Assembléia Constituinte. Pois estes grupos organizados propunham leis para garantir direitos como educação, saúde e proteção ao meio ambiente. As ONGs, segundo esta mesma autora, “constituíram-se em atores políticos que representavam setores sociais sem acesso ao Congresso Nacional porque suas demandas não correspondiam às dos sindicatos ou partidos políticos” (2004, s.p.).

Todavia é somente nos anos 80, que a revolução das ONGs é operada. Segundo Landim (1993 apud SELL, 1997) as ONGs passam da concepção de meras entidades de apoio ao movimento popular para outra concepção, mais ampla, onde elas se reconhecem como sujeitos políticos com identidade e objetivos definidos. Neste mesmo sentido Cardoso afirma que após a redemocratização estes novos atores ganharam força, porque se constituíram como a “expressão de uma cidadania participante e responsável” (2004, s.p.).

Na definição de seu papel na continuidade do processo democrático, houve avanços e retrocessos na organização das ONGs. Muitos encontros e conferências foram realizadas no final da década de 80 e início dos anos 90, a fim de que a legitimidade das ONGs fosse construída. Entre esses encontros podemos citar o ‘1º Encontro Internacional de ONGs’, realizado em agosto de 1991 e o ‘Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento’, realizado em agosto de 1992, no Rio de Janeiro. (SELL, 1997).

Estes encontros têm relevância, pois através deles as ONGs adquiriram visibilidade, debateram sobre suas características e funções, formaram alianças e firmaram sua imagem diante da sociedade e de si mesmas.

De fato, analisando a trajetória histórica das ONGs, percebe-se que estas foram se formando por e com diferentes atores, num espaço relacional, buscando sua identidade na extensa rede de relações que as envolveram (SELL, 1997). Longe de ser um fenômeno nacional, as ONGs fazem parte de um fenômeno global, com características e trajetórias particulares em cada País e em cada período histórico.³

3 O Estudo das ONGs enquanto esfera internacional não é o objeto deste Trabalho. Análises sobre este Tema podem ser encontradas em: Fernandes, Rubem César. Privado porém público: O Terceiro Setor na América Latina, Rio de Janeiro: Relume – Dumará. 1994.

1.2. TERCEIRO SETOR: UM SETOR, VISÕES DIVERSAS

Porque é tão complexo definir o conceito de terceiro setor? Que setor é esse que engloba visões tão contraditórias em seu âmbito? Se por um lado a expansão do terceiro setor, indica o processo de minimização do Estado, por outro fortalece a ação da sociedade civil. Se de um lado, ocorre a desresponsabilização do Estado, de outro contribui na execução de serviços sociais complementando a ação Estatal. Apesar das ações desenvolvidas pelas OTS não consolidarem direitos nem cidadania social, sua atuação na sociedade é inegável.

Na literatura existente sobre este tema, há duas visões majoritárias sobre o tema que caminham em direções diferentes. A primeira realiza crítica feroz ao setor e coloca sua existência em questão. A outra considera o setor como um espaço fundamental de articulação da sociedade civil. A idéia de um terceiro personagem, com características tão peculiares, que por muito tempo não foi assunto de pauta na sociedade brasileira, nos obriga hoje a refletir sobre sua função social.

Para Montañó “um fenômeno real inserido na e produto da reestruturação do Capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais” (2002, p.22). Isto significa que as respostas das seqüelas das questões sociais deixam de ser responsabilidade única do Estado, passando para a sociedade a responsabilização da solução das necessidades por ela própria sentida. Com isto perdem-se os direitos sociais conquistados, e as soluções agora dependem da ajuda mútua, do voluntariado tornando-se “um não-direito do portador de necessidades, o cidadão pobre” (MONTAÑO, 2002, p. 22).

Fernandes, por sua vez, define o setor como “um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos” (1994, p.21), afirma a emergência deste setor para transformar as relações entre Estado e Mercado. Participando da dinâmica da vida pública estes três pólos “que não se sobrepõem e que a um tempo se opõem e se atraem” (1994, p.20), permite a ampliação da esfera pública para além do Governo, ampliando assim a cidadania. É somente com a participação dos cidadãos que a democracia será consolidada, sendo este o melhor instrumento para reverter o quadro caótico da sociedade em que vivemos.

O autor compreende que a vida pública não é feita apenas dos atos governamentais, mas inclui a atividade cidadã. Nesta lógica as Organizações do terceiro setor não substituem as ações do Estado. Cardoso (2004) concorda com a afirmação ao escrever em seu artigo:

As associações civis nunca pretenderam substituir o Estado e, se sua ação é múltipla e diversificada, não se caracteriza anti-Estado. [...] As relações entre Governo e sociedade são necessariamente complexas. Os sistemas democráticos são a melhor maneira de regulá-los porque dão voz aos interesses diversos e garantem a liberdade de atuação dentro da lei (2004, s.p.).

O problema segundo Montañó (2002), consiste no dismantelamento dos direitos sociais. Na medida em que as Organizações do terceiro setor atuam com projetos sociais, antes apenas realizado pelo Estado “esvaia-se a dimensão de direito universal do cidadão quanto a políticas sociais (estatais) de qualidade” (p.23). Passa-se a responsabilidade para a as ONGs, que trabalham com projetos focalizados, cada organização com seu campo de atuação. Seus formatos e maneiras de executar, são tão diversos que as conseqüências deste fato são a focalização e a precarização da ação social e a perda da cidadania do sujeito portador de direitos.

Num sentido diverso, Fernandes (1994) afirma que as ONGs articuladas, potencializaram sua atuação, conectando diversos planos da sociedade civil, em suas palavras:

A conexão improvável entre microprojetos locais e campanhas de escala internacional demonstrou-se perfeitamente realizável. A multiplicidade das iniciativas encontrou formas [...] de articulação capazes de conviver, e eventualmente de potencializar, a diversidade e a segmentação institucional (1994, p. 129).

Segundo a idéia deste autor, as Organizações do terceiro setor tem grande capacidade de articulação e ampliação de seus projetos, o que os tornará menos focalizado e inconstante. Porém, o autor não leva em conta os conflitos e as tensões existentes na diversidade de organizações que compõem o setor, que têm atuação em diferentes áreas e locais, com métodos distintos, por vezes até opostos, de trabalho.

1.3. DIVERSIDADE ORGANIZACIONAL DO TERCEIRO SETOR

O termo Organização Não Governamental (ONG), comumente utilizado ao se referir as entidades do terceiro setor, não é um termo jurídico, isto é, não há definição em lei com esta nomenclatura. As Entidades chamadas de Não Governamentais, para efeitos de registro legal, podem *constituir-se* como Associações Cívicas ou Fundações, com *qualificações* de Organizações Sociais (OS) ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e podem, ainda, serem ou não *reconhecidas* como de utilidade pública e serem ou não *certificadas* como Entidade Benéfica de Assistência Social.

O terceiro setor tem uma enorme abrangência e diversidade em relação às entidades que o constituem. Isto segundo Montañó (2002), gera uma grande debilidade conceitual, que ao invés de esclarecer, confunde ao mesclar diversos sujeitos e entidades aparentemente iguais nas atividades, mas com interesses sociais distintos, por vezes até contraditórios. Este autor aponta a falta de acordo entre os teóricos sobre as entidades que integrariam este setor e cita:

Para alguns, apenas incluem-se as organizações formais; para outros, contam até as atividades informais, individuais; para alguns outros, as fundações empresariais seriam excluídas; em outros casos, os sindicatos, movimentos políticos insurgentes, as seitas etc. ora são considerados pertencentes, ora são excluídos do conceito (MONTAÑO, 2002, p.55).

O termo terceiro setor, pressupõe a existência de um primeiro e um segundo setor. O primeiro setor é identificado como o conjunto de atividades efetivadas no âmbito do Estado, as ações públicas. O segundo setor é identificado como o conjunto de ações realizadas no âmbito do mercado, ou seja, ações de cunho privado e lucrativo. O terceiro setor se configura como aquele que não se situa no Estado, embora seja de interesse público, nem no mercado, embora seja de iniciativa privada. Este setor “nem empresa, nem governo, mas sim cidadãos participando, de modo espontâneo e voluntário, em um sem-número de ações que visam ao interesse comum” (FERNANDES, 1994, p.11) engloba diversas Organizações, independentes, mobilizadas, articuladas cada uma de sua maneira.

Fica evidente a diversidade e inconsistência da definição do conceito terceiro setor, o que gera dificuldade em identificar quais seriam as entidades partícipes e como denominá-las.

Outro termo pouco esclarecedor refere-se à Organização Não Governamental (ONG) que vem sendo socialmente utilizada para designar o conjunto de entidades, reconhecidas pelo senso comum e opinião pública como aquelas que prestam algum tipo de serviço à comunidade (TACHIZAWA, 2004).

Mas ONG, como dito anteriormente não é um termo jurídico, tendo, segundo Landim uma conotação política. Isto é, o termo ONG evoca do mundo da política, é carregado de sentidos de militância, cidadania e até “anti-governo”, seu papel é ressaltado por alguns como de pressão do Estado, outros acreditam na contribuição para a elaboração de políticas públicas alternativas. Mas em ambos predomina a idéia “de que não cabe a elas substituir o Estado, sendo uma de suas funções fundamentais colaborar para sua democratização” (LANDIM, 1993, p.34).

1.3.1. Conhecendo as Entidades Pesquisadas

No âmbito da pesquisa realizada, nos reportamos a seis Organizações do terceiro setor para serem utilizadas como campo de análise. Em relação a estas é importante que se elabore um breve histórico de cada a fim de apresentá-las e exemplificar a diversidade de Organizações quando nos referimos àquelas situadas no terceiro setor.

1) A E.1, foi a primeira Organização pesquisada. Foi fundada em 1773 e atua na promoção global do ser humano desde 1910. A E.1, é resultado de uma fusão entre duas Organizações do terceiro setor que se unificaram na década de 70, por motivos financeiros.

Após a unificação, a Instituição seguiu sua trajetória no atendimento de crianças e adolescentes com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, conhecido como ECA, na LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

A instituição caracteriza-se por ser filantrópica, católica, assistencial, sem fins econômicos e de caráter não governamental. É composta por uma diretoria voluntária, membros da sociedade civil, sendo que para cada programa que desenvolve existe um regimento interno que estabelece as normas específicas. A Instituição se mantém com recursos repassados pelos Governos Municipal e Estadual, doações da sociedade civil, aluguéis de imóveis que compõem seu patrimônio e recursos obtidos através da Festa do

Divino Espírito Santo, comemorada anualmente e conta com a colaboração da comunidade para sua realização.

A missão da Organização é “atuar na formação e assistência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social visando promover a cidadania e o desenvolvimento social” (FOLDER, 2001).

Atualmente desenvolve cinco programas, todos voltados para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, ou seja, negligência dos pais, maus tratos, abandono, desemprego, pais precisando trabalhar sem local seguro para deixar os filhos, adolescentes com necessidade de qualificação profissional, busca do primeiro emprego, dificuldades financeiras, problemas de relacionamento familiar, entre outras.

2) A E.2, segunda Organização pesquisada, é uma organização não governamental, de tipo OSCIP, sem fins econômicos, com caráter social, cultural, científico, tecnológico e ambiental, voltada para o desenvolvimento do ser humano. Tem como foco o protagonismo juvenil e o empreendedorismo social.

Foi criada em 1999 por jovens universitários e tem a missão de “Promover o desenvolvimento integral do jovem e estimular a sua atuação como cidadão protagonista de transformação da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento humano e social” (FOLDER, 2006). Assim, o maior objetivo da Associação é atuar para desenvolver no jovem a responsabilidade social e despertar o protagonismo juvenil.

A Associação é qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça; possui a declaração de utilidade Pública Municipal de Florianópolis e Estadual de Santa Catarina e é registrada no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Florianópolis/SC.

A Organização capacita jovens, entre 12 e 24 anos, para que atuem seu potencial e criatividade como fator de transformação social. Atualmente, 10 projetos estão sendo desenvolvidos, atendendo em média 250 jovens por mês. A instituição nos seus quase sete anos de existência atendeu cerca de 8.500 jovens.

3) A Terceira Organização pesquisada foi a E.3 que é uma Organização não governamental, sem fins lucrativos, de utilidade pública Federal, e certificada como entidade Beneficente de Assistência Social pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Desde sua fundação em Santa Catarina, a organização estava vinculada à sede em São Paulo, tornando-se autônoma jurídica e economicamente em 2001.

O E.3 tem como missão "Oferecer à comunidade soluções que contribuam para a capacitação profissional de pessoas visando a sua integração no mundo do trabalho" e a visão de "ser reconhecido como a maior e melhor instituição brasileira na interação educação e trabalho" (Balanço Social, p.02, 2005).

Têm como objetivo geral promover ações culturais, educativas, técnicas e de assistência social, visando o desenvolvimento do processo de formação profissional, e como principal foco a formação profissional e a integração do jovem no mercado de trabalho.

4) A quarta Organização pesquisada, a E.4, é uma Organização Não Governamental, sem fins econômicos, criada no primeiro semestre de 1979 com o objetivo de atender as famílias carentes de Florianópolis.

Hoje a Organização tem por objetivo colaborar na implantação e execução de medidas de política social, voltadas à proteção e valorização da pessoa humana junto a crianças e adolescentes, família, idoso e população em situação de vulnerabilidade em geral.

Desenvolve diversos projetos, através de parcerias com a Prefeitura Municipal de Florianópolis e outras entidades que prestam serviço de caráter social, incentivando sempre a atuação voluntária, através da conscientização do cidadão de estar presente e ativo em todas as ações voltadas à melhoria da qualidade de vida.

5) A penúltima organização pesquisada foi a E.5 que também é uma Organização Não Governamental, sem fins econômicos, de caráter assistencial e filantrópico que visa a promoção humana e a capacitação de recursos humanos e a educação profissional dos jovens.

Tem como missão "O empoderamento de sujeitos individuais e coletivos das periferias da Grande Florianópolis, e sua inserção social, através da implementação de processos educativos que possibilitem o aumento da auto-estima, da capacidade de leitura e compreensão da realidade sócio-cultural e o compromisso comunitário e cidadão" (FOLDER).

A E.5 foi fundada em sete de junho de 1994 e registrada oficialmente em 1998. Surgiu a partir da articulação de vários grupos da comunidade que tinham o objetivo comum de promover a educação, fortalecer as relações interpessoais, buscando estimular a participação na vida comunitária. A E.5 surgiu com a finalidade de abrigar projetos e atividades educativas para os moradores do Maciço do Morro da Cruz e hoje atua com projetos focados nas áreas educacionais e profissionalizantes para a comunidade local.

6) Enfim, a última organização pesquisada, foi a E.6, que é uma Organização pública de direito privado, sem fins econômicos, e cuja administração está sob a responsabilidade da Confederação Nacional do Comércio – CNC.

Foi fundada em 10 de janeiro de 1946 no Brasil e em 1948 chegou em Santa Catarina, atuando atualmente em diversas cidades do Estado por meio das suas unidades. Sua missão consiste em “desenvolver pessoas e organizações para o mundo do trabalho com ações educacionais e disseminando conhecimentos em comércio de bens e serviços”.

Cabe ressaltar que a pesquisa foi realizada no Centro de Desenvolvimento Social (CSDS), que é um centro desta entidade responsável pelo desenvolvimento social e tem por missão “Mobilizar, capacitar e orientar pessoas e organizações para a promoção do desenvolvimento social e fortalecimento dos princípios de cidadania, por meio de conceitos e práticas em responsabilidade social” (FOLDER, 2006). Atua nas áreas de cidadania empresarial, inteligência social e desenvolvimento do terceiro setor, através de diversos projetos e eventos nestas três áreas. O CSDS é uma unidade da E.6 que promove e acompanha projetos desenvolvidos em todo o Estado de Santa Catarina e tem sua sede em Florianópolis/SC.

O principal objetivo do CSDS é oportunizar a aquisição de conhecimento e qualificação profissional para comunidades e pessoas em situação de vulnerabilidade social, gestores de Organizações do terceiro setor e empresas. É responsável por desenvolver parcerias com empresas, ONGs e a comunidade e disseminar saberes e experiências entre o público alvo .

A seguir, é apresentado um quadro síntese que facilita a visualização das entidades pesquisadas, bem como sua diversidade:

TABELA 01: ENTIDADES PESQUISADAS

Dados da Entidade	Data de Fundação	Sede	Nível de atuação	Razão jurídica	Qualificações
E.1	1773 E.1 1960 E.1.1	Própria	Regional	Instituição Filantrópica	Utilidade pública municipal, estadual e Federal e entidade Beneficente de AS.
E.2	1999	Cedida	Regional	Associação Civil do tipo OSCIP.	Utilidade pública Municipal e Estadual
E.3	2000 em SC	Própria	Estadual	Instituição privada sem fins lucrativos	Utilidade pública Federal e Entidade Beneficente de AS.
E.4	1979	Alugada	Municipal	Associação Civil	Utilidade pública Federal e Entidade Beneficente de AS.
E.5	1994	Própria	Regional	Associação Civil	Utilidade pública Federal, Estadual e Municipal
E.6	1946	Própria	Estadual	Empresa pública de direito privado sem fins lucrativos	—

(Fonte: Elaboração própria).

Os dados apresentados na tabela acima mostram que 60% das Organizações possuem sede própria e 50% atuam na região da grande Florianópolis, ou seja, tem uma atuação localizada. Das Organizações pesquisadas 90% foram fundadas no século XX, o que reforça o exposto anteriormente em relação a este período ser de transformações na sociedade civil e época de grande expansão das associações e organizações voluntárias de toda a ordem. Nesse sentido Landim (1993), ao analisar o “boom” de proliferação de associações civis no século XX, trás em seu trabalho o acelerado crescimento destas entidades na cidade de São Paulo/SP, demonstrando que o fenômeno de expansão das entidades foi nacional, como pode ser analisado na tabela abaixo:

TABELA 02: ASSOCIAÇÕES CIVIS NA CIDADE DE SÃO PAULO, POR DÉCADAS

Décadas	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980
Nº. assoc.	51	237	288	464	996	1.871	2.553

(Fonte: Cartório de Registro Civil apud Landim, 1983, p.31.)

Ainda em relação a Tabela 01, outro aspecto a evidenciar, refere-se a inserção destas entidades no terceiro setor e a sua razão jurídica. Destaca-se que 50% são Associações Cívicas, sendo uma do tipo OSCIP e os outros 50% divididos entre as Instituições filantrópicas, Instituições privadas e empresa pública de direito privado, todas sem fins lucrativos. Esta diversidade de termos jurídicos demonstra as diferentes formas, tamanhos e abrangências que as organizações ditas do terceiro setor podem assumir e, portanto, o quanto é amplo e difícil definir como essas organizações realmente se configuram na realidade. Para cada termo há uma legislação específica, que define termos, compromissos e maneiras de atuação diferenciada. Esta diversidade jurídica é exatamente o tema do próximo item.

1.4. O MARCO LEGAL DO TERCEIRO SETOR

Na tentativa de esclarecer o conceito busca-se na Legislação Brasileira existente, a definição consolidada no marco legal para as organizações do terceiro setor e analisando-a percebe-se a diversidade de entidades existentes, bem como suas grandes peculiaridades, fator este que auxilia na construção da “falta de rigor na definição das entidades que compõem o terceiro setor” (MONTAÑO, 2002, p.56).

Neste item pretende-se identificar as leis e decretos que regulamentam a constituição e atividades das entidades que fazem parte do terceiro setor no país, para compreender a lógica contraditória e diversificada nas quais as entidades estão inseridas e demonstrar como isto afeta todas as relações socialmente construídas entre Estado e Sociedade Civil.

De início será explanado sobre as leis do Novo Código Civil, Lei. 10.406/2002, que dispõe também sobre a constituição das pessoas jurídicas de direito privado que são consideradas (de acordo com o Art.44 do mesmo) como sendo as associações, as sociedades e as fundações.

Segundo o Código Civil, são consideradas *associações* a união de pessoas que se organizam para fins não econômicos (Art.53) e *fundações* aquelas entidades destinadas somente a fins religiosos, morais, culturais ou de assistência (Art.62). Para serem registradas como pessoas jurídicas, ambas devem elaborar seus estatutos e começam a existir formalmente após inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, podendo ser submetida à aprovação do Poder Executivo.

Depois de constituídas, as pessoas jurídicas de direito privado podem procurar outros registros e certificados, adquirindo assim vantagens e maior respaldo legal. A seguir serão listados as leis e decretos, por ordem cronológica e as respectivas vantagens proporcionadas pelas mesmas.

*** Lei nº. 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo decreto 50.517/1961:** Determina as regras pelas quais as sociedades são declaradas de utilidade pública. Segundo ela, somente terão este certificado aquelas entidades constituídas com o fim exclusivo de servirem desinteressadamente à sociedade e que cumpram os seguintes requisitos, expressos pelo decreto em seu Art.2º:

- a) que se constituiu no país;
- b) que tem personalidade jurídica;
- c) que esteve em efetivo e contínuo funcionamento, nos três anos imediatamente anteriores, com a exata observância dos estatutos;
- d) que não são remunerados, por qualquer forma, os cargos de diretoria e que não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretextos;
- e) que, comprovadamente, mediante a apresentação de relatórios circunstanciados do três anos de exercício anteriores à formulação do pedido, promove a educação ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas, ou filantrópicas, estas de caráter geral ou indiscriminado, predominantemente.
- f) que seus diretores possuem folha corrida e moralidade comprovada;
- g) que se obriga a publicar, semestralmente, a demonstração da receita obtida e da despesa realizada no período anterior.

A declaração de utilidade pública é feita pelo Poder Executivo mediante requerimento processado no Ministério da Justiça (Lei nº 91, Art.2º), sendo obrigação das entidades que obtém a declaração apresentarem todos os anos relação dos serviços prestados a sociedade (Art.4º da referida Lei).

Aquelas instituições certificadas como de utilidade pública (municipal, estadual ou federal) são formalmente reconhecidas pelo Estado como de interesse para a coletividade e assim fazem jus a auxílio financeiro estatal e a uma gama de vantagens em relação à obtenção de recursos de pessoas físicas e jurídicas.

Assim a instituição que recebe a declaração de utilidade pública federal possui diversos direitos, entre eles: o não recolhimento da contribuição do empregador para o custeio de sistema previdenciário; a possibilidade de receber doação da união e suas autarquias; as doações feitas por particulares podem ser deduzidas da renda bruta do doador no imposto de renda; o recebimento de receitas provenientes da arrecadação da loteria federal; dispensa dos depósitos mensais para o FGTS (Fundo de garantia por tempo de serviço), etc. (LANDIM, 1993).

*** Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social):** A LOAS, juntamente com a resolução nº 177 de 10 de agosto de 2000 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), dispõe sobre os regulamentos para a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

A LOAS, em seu Art.18 (incisos II, III, IV) dispõe sobre as competências do Conselho de Assistência Social, que deverá, entre outras atribuições, normatizar as ações de natureza pública e privada no campo da Assistência Social, estabelecendo critérios para a concessão de

registro de Entidade Beneficente de Assistência Social. Já a resolução nº 177 determina quais os procedimentos necessários à concessão deste certificado.

Em seus Artigos, a resolução determina que somente as Entidades de assistência social, poderão receber o certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, hoje com nova nomenclatura de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS) e que só serão concedidos às entidades que demonstrem nos três anos anteriores ao requerimento, entre outros requisitos:

Art. 3º - [...]

- I - estar legalmente constituída no País e em efetivo funcionamento;
- II - estar previamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social do município de sua sede, se houver, ou no Conselho Estadual de Assistência Social, ou Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;
- III - estar previamente registrada no CNAS;
- IV - seja declarada de utilidade pública federal, etc.

Uma vez deferido o pedido pelo CNAS, o “Certificado de Entidade Fins Filantrópicos terá validade de três anos, permitida sua renovação, sempre por igual período, exceto quando cancelado em virtude de transgressão de norma que originou a concessão” (Art.5º).

*** Lei 9.637 de 15 de maio de 1998:** Dispõe sobre a qualificação das pessoas jurídicas de direito privado de fins não econômicos como Organizações Sociais (OS). Em seu Art.1º determina que “O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei”.

Esta lei, pela primeira vez, propõe um contrato de gestão, entre o poder público e as entidades qualificadas como Organização Social (Art.5º), firmando a parceria entre as partes, e permitindo que o Estado destine recursos, sem processo licitatório diretamente às OSs, o que segundo Montañó (2002, p.203) “promove uma verdadeira transferência de atividades estatais para o setor privado”.

*** Lei 9.790 de 23 de março de 1999, regulamentada pelo decreto 3.100 de 1999:** Dispõe sobre a qualificação das pessoas jurídicas de direito privado como Organizações da Sociedade

Civil de Interesse Público (OSCIP) e institui o termo de parceria entre as entidades qualificadas como OSCIP e o Poder Público.

Para que uma Organização seja qualificada como OSCIP, ela terá que ser regida por um estatuto e atender aos objetivos sociais que tenha pelo menos uma das seguintes finalidades, segundo a Lei 9.790:

Art.3º-[...]

- I - promoção da assistência social;
 - II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
 - III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
 - IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
 - V - promoção da segurança alimentar e nutricional;
 - VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
 - VII - promoção do voluntariado;
 - VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
 - IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
 - X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
 - XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
 - XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.
- Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Atendendo estes objetivos sociais e cumprindo os preceitos estabelecidos na lei, a qualificação passa a ser automática, significando a desburocratização do processo de reconhecimento, ou seja, se a entidade entregou todos os documentos e cumpriu todas as exigências ela é qualificada como OSCIP automaticamente. Este processo é inovador, e não ocorre com as outras qualificações (Utilidade Pública e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS), que para serem adquiridas necessitam passar por um processo demorado, de alto custo, e caso seja negado o primeiro pedido, a entidade deve esperar um

período longo definido legalmente para entrar novamente com o pedido. (TACHIZAWA, 2004).

As entidades já qualificadas como Organizações Sociais não poderão requerer o pedido de qualificação como OSCIP. É importante mencionar que a qualificação como OSCIP não substitui a Declaração de Utilidade Pública Federal (Lei nº 91) fornecida pelo Ministério da Justiça e o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS (Lei 8.742), ambas continuarão vigorando concomitantemente (FERRAREZI, 2000).

Porém, foi estabelecido um prazo de convivência entre estas qualificações, isto é, “após dois anos, contados a partir da data de vigência da Lei 9.790/99 [...] a entidade que possuir algumas daquelas qualificações e também a de OSCIP deverá optar por uma delas” (FERRAREZI, 2000, p.29). Isto é, a entidade ou terá a qualificação de utilidade pública e/ou Entidade Beneficente ou terá a de OSCIP.

A Lei 9.790/99 visa romper com tamanha burocracia e velhas amarras regulatórias que dificultavam o alcance de financiamento. Abre as Organizações do terceiro setor um caminho institucional mais moderno, estimulando o investimento em capital social e traz uma novidade: “pela primeira vez, o Estado reconhece a existência de uma esfera pública em emersão, que é pública não pela sua origem, mas pela sua finalidade, ou seja, pública mesmo não sendo estatal” (FERRAREZI, 2000, p.27).

Outra novidade da Lei 9.790/99 está em permitir, pela primeira vez, que os diretores (fundadores) da Organização sejam remunerados e no novo instrumento jurídico, o chamado Termo de Parceria, no qual as Organizações do terceiro setor, qualificadas como OSCIP podem fazer “parcerias” com o poder Público e receber o financiamento necessário para a realização dos projetos. A seleção das entidades para financiamento ocorre através de concurso de projetos, sendo que “os objetivos e metas são negociados entre as partes, e o controle é feito pelos resultados” (TACHIZAWA, 2004, p.40). Este termo de parceria que para alguns autores é considerado um avanço, devido a maior facilidade ao acesso a recursos públicos, para outros é considerado como uma forma de “substituir (não complementar) a responsabilidade estatal com respostas às demandas sociais, é outra forma de privatização de funções do Estado” (MONTAÑO, 2002, p.205).

A partir da legislação pertinente à regulamentação do terceiro setor, percebe-se a diversidade de qualificações e cooperação entre Estado e Organizações do terceiro setor, ficando evidente que a participação do Estado é fundamental para a criação e permanência destas Organizações. Sem o Estado e suas políticas de auxílios e contribuições, convênios,

contratos de gestão, termos de parceria e isenção de impostos, nem as empresas iriam investir no Social, nem as Organizações teriam condições de existir (MONTAÑO, 2002). O que fica evidente é a centralidade do papel do Estado na consolidação do chamado terceiro setor. A dependência do Estado se dá também no financiamento das OTS como será evidenciado a seguir.

1.5. A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO

A reflexão sobre a sociedade civil, não pode ser ignorada no debate sobre a eficiência da atuação das Organizações do terceiro setor. Não é simples articular entidades com tamanha diversidade, nem dar visibilidade a projetos tão superficiais e periódicos. Fernandes (1994) reconhece a complexidade e heterogeneidade do terceiro setor, mas o considera plenamente capaz para dar respostas que o Estado não é interessado a dar. Cardoso (2004) neste mesmo sentido afirma que o terceiro setor está pronto para desenvolver parcerias eficazes com o Estado e o Mercado, embora considere que há “fatores externos que desvirtuam os objetivos pretendidos” (s.p.).

Mas quais seriam estes fatores externos? Partindo do ponto, que nenhum projeto é realizado sem recursos financeiros, que as OTS por si só não geram recursos, portanto dependem do Estado, do mercado e de doações de pessoas físicas para se manterem. Como estas Organizações atuarão sem desvirtuar seus compromissos com a sociedade, e ao mesmo tempo se adequar às exigências feitas pelos empresários e/ou governantes para conseguir o financiamento?

Montaño (2002), esclarece esta questão de maneira nada animadora. Segundo o autor, o Estado ao financiar determinada ONG e não outra, está desenvolvendo um processo seletivo, pautado a partir da política governamental, o que define a permanência ou não de certas ONGs e seus projetos que mais se enquadram à política do governo. Em relação ao financiamento de empresas privadas, o autor afirma que não há como negar o claro interesse econômico das empresas, por meio de isenção de impostos, melhora na imagem da empresa e propaganda. “tem, portanto, claro fim lucrativo, ainda que indireto” (2002 p.58). Esta explanação desbanca a seguinte afirmação de Tenório (2001), quando o autor define as ONGs como:

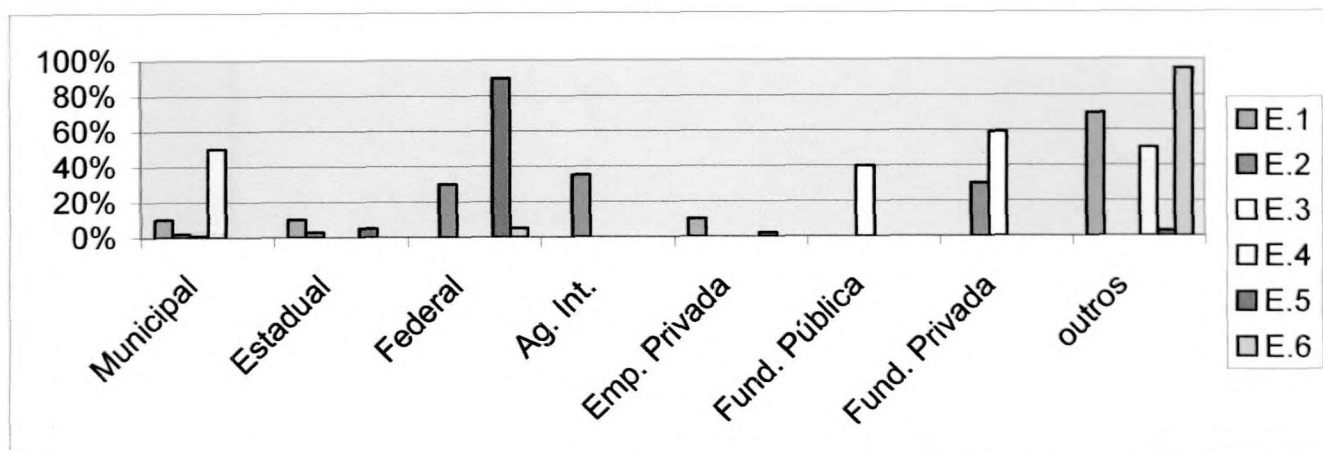
... organizações sem fins lucrativos, autônomas, isto é, sem vínculo com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades de Organizações de Base popular, complementando a ação do Estado. Têm suas ações financiadas por agências de cooperação internacional, em função de projetos a serem desenvolvidos, e contam com o trabalho voluntário. Atuam através da promoção social, visando a contribuir para um processo de desenvolvimento que supõe transformações estruturais da sociedade. Sua sobrevivência independe de mecanismos de mercado ou da existência de lucro (2001, p.11).

A afirmação acima é uma visão romântica do terceiro setor. Primeiro, as ONGs dependem em sua maioria de apoio Estatal. Landim (1993 apud FERNADES e PIQUET 1992, p. 38), ao citar a pesquisa realizada pelos autores, menciona que das 102 ONGs pesquisadas, 43% delas haviam participado de algum projeto apoiado por órgãos governamentais, o que comprova a dependência destas Organizações da esfera estatal. Segundo, a sobrevivência das ONGs depende sim de mecanismos de mercado, uma vez que há concorrência entre projetos sociais e o mais “adequado” aos interesses empresariais será contemplado, tornando as Organizações do terceiro setor esferas não autônomas, pelo contrário dependentes do Capital e inseridas na lógica neoliberal.

Para Montaña, as Organizações com suas atividades “gratuitas”, não geram receitas suficientes para se manter em funcionamento, o que leva a uma “falta de auto-sustentabilidade tal que a captação de recursos, ou fundraising, torna-se não apenas uma atividade essencial da Organização, mas ainda pode passar a orientar a filosofia e condicionar sua missão” (2002, p.207). E isto pode gerar, facilmente um desvio dos objetivos fundantes das Organizações que é, sobretudo garantir direitos e atender as demandas da população e não vender projetos aos moldes do mercado.

Cardoso (2004) remete a solução desta prática à sociedade civil, cabendo a ela “lutar contra preferências e privilégios impostos por razões políticas e que retardam as ações sérias e não assistencialistas” (s.p.). As OTS fazem parte da sociedade civil, e, portanto estão inseridas na lógica neoliberal, fazem parte do processo, são agentes inclusos e não combativos a lógica. Landim (1993) muito bem afirma a existência deste ciclo ao reconhecer que “em contextos em que as ONGs se colocam como instrumentos auxiliares do Estado, assim como em contextos onde se colocam como sucedâneo do Estado, elas são muito mais assimiláveis ou cooptáveis ao projeto neoliberal” (1993, p.38).

A seguir é apresentado um gráfico que demonstra a fonte dos recursos financeiros das Organizações pesquisadas:

GRÁFICO 01: FONTE DE RECURSOS FINANCEIROS DAS OTS

(Fonte: Elaboração Própria)

No gráfico é possível identificar que todas as Organizações pesquisadas recebem algum recurso governamental, seja em maior ou menor volume, provindo da esfera municipal, estadual, federal ou de fundações públicas. Este dado vem ao encontro do exposto acima que coloca a centralidade do papel do Estado na manutenção das OTS. Porém, embora o recurso estatal esteja presente na manutenção destas Organizações, percebe-se pelo gráfico que para 60% das Organizações o recurso estatal representa menos que 40% do total. Outro aspecto a ser ressaltado se refere aos recursos destas organizações, que podem não vir diretamente do Estado, mas dependem da ação deste para chegarem até a Organização, uma vez que as empresas privadas e/ou fundações privadas financiam projetos caso haja redução de suas contribuições e taxas estatais. Há que se mencionar ainda, que em outras situações as empresas são obrigadas por lei a contratarem algum serviço de outras organizações, como é caso da aprendizagem, onde as empresas são obrigadas pela Lei 10.097/00 a contratar no mínimo 5% do seu quadro de funcionários de jovens aprendizes.

No quesito “outros”, também é possível perceber a ação do Estado na renda das OTS. No caso da E.6, os recursos descritos no quesito “outros” são provindos do INSS e do guia de contribuição sindical. Uma vez que a organização é gerenciada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) e criada por decreto Lei nº 8.621 em 1946, o qual prevê no seu Art.4º que os estabelecimentos comerciais que estiverem enquadrados nas federações e sindicatos coordenados pela CNC devem contribuir mensalmente com 1% sobre o montante da remuneração paga a totalidade dos seus empregados, esta verba é destinada a E.6 via INSS e Banco do Brasil. No caso da E.4, os recursos do quesito “outros” são provindos de

estacionamentos fixos em Florianópolis e que foram cedidos pela Prefeitura Municipal. Em ambos a ação e fomento estatal estão claramente presentes.

Outro dado relevante, é que embora a atuação destas OTS seja de âmbito regional, os recursos municipais são irrisórios se comparados aos recursos estaduais e federais recebidos por estas Organizações.

Pelo gráfico fica claro, que as OTS dependem da esfera estatal e privada para se manterem, porém em nenhuma das esferas o recurso é seguro e permanente, o que gera projetos focalizados, temporários e seletivos que não consolidam direitos, nem modificam a lógica excludente no qual o público alvo está inserido.

Enquanto as parcelas mais empobrecidas da sociedade perdem o direito de acesso à educação, saúde, assistência o setor empresarial ganha um lucrativo espaço. Através do seu financiamento, as ONGs executam seus projetos, dá visibilidade a empresa e esta por sua vez cresce, este fenômeno é a chamada Responsabilidade Social⁴, que não será discutida neste trabalho, mas é um tema que está totalmente imbricado quando se trata sobre o papel do terceiro setor.

⁴O tema Responsabilidade Social pode ser encontrado detalhadamente no livro de Francisco Paulo de Melo Neto e César Froes. Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial: A Administração no Terceiro Setor. Rio de Janeiro, Qualitymark, 1999.

1.6. ABRANGÊNCIA E DIVERSIDADE DE ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

A discussão sobre as OTS, passa pela discussão da sociedade civil uma vez que o terceiro setor é composto pela mesma. Esta, por sua vez, apresenta três características relevantes, quais sejam: A heterogeneidade, onde coexistem fenômenos e processos de natureza diversa, com interesses diversos por vezes antagônicos; a imediatividade, identificada pelas respostas paliativas e imediatas dada às carências singulares; e a superficialidade extensiva às respostas dadas ao conjunto de situações que não consideram as relações que as vinculam, isto é, não tratam a causa apenas o efeito das expressões da questão social. Não se pode, portanto, ignorar o antagonismo de classes presente em todos os espaços sociais ao debater terceiro setor. (MONTAÑO, 2002, p.265).

A sociedade civil, assim como as Organizações que compõem o terceiro setor é heterogênea e diversificada. Esta afirmação se confirma na tabela seguinte na qual fica demonstrada a diversidade que as OTS podem assumir. Das seis organizações pesquisadas todas possuem formas de trabalho diferenciadas, público alvo amplo e projetos distintos.

TABELA 03: ATUAÇÃO DAS ENTIDADES PESQUISADAS

Entidade	Público Alvo	Atendimentos em 2005	nº de funcionários	Escolaridade dos funcionários	Voluntários
E.1	Crianças e Adolescentes	1.100 p/ mês	89	1º ao 3º Grau	45(35 só no abrigo)
E.2	Jovens de 12 a 24 anos independente da classe	300 p/ mês	2	3º grau completo e incompleto	40
E.3	Jovens de 15 a 30 anos	20 mil p/ ano	120	2º grau e superior	0
E.4	Criança, adolescente e funcionários.	NR	Aprox.1.300	Ensino fundamental até pós-graduação	10 (diretoria)
E.5	Jovens e idosos	1.844 p/ ano	55	Ensino fundamental até doutorado	12 (diretoria e conselho fiscal)
E.6	Público em geral com especial atenção para: comunidade de baixa renda, populações em condição de vulnerabilidade social, jovens entre 14 e 24 anos, idosos, associações de bairro e centros comunitários, organizações da sociedade sem fins lucrativos e empresas.	NR	9	2º grau e nível superior	0

(Fonte: Elaboração Própria).

As E.1, E.3 e E.6 entre as organizações pesquisadas são as maiores em estrutura física e as mais consolidadas financeiramente, porém contraditoriamente não são as que possuem a maior quantidade de projetos. Ambas possuem menos de 10 projetos desenvolvidos, ao contrário das outras organizações pesquisadas que possuem 10 ou mais projetos em andamento (ver tabela 04, a seguir).

O número de funcionários é bastante diversificado, porém ao compararmos com o número de voluntários percebe-se que as maiores organizações não trabalham com voluntários, exceto a E.1, que possui 35 voluntários em um dos programas que é o abrigo de crianças de 0 a 6 anos, mas que segundo a entrevistada não necessita dos voluntários para se manter. Ainda em relação ao número de funcionários, é importante ressaltar que a E.2 e a E.4 foram as que

tiveram o menor e maior número de contratados respectivamente. A E.2 trabalha apenas com 2 funcionários, mantém 10 projetos e conta com o apoio de 40 voluntários para o andamento das atividades, portanto, baseia seu trabalho nos voluntários que tornam-se colaboradores ao coordenarem os projetos que receberam financiamento. Nesta Organização o colaborador é o responsável pela captação de recursos para o projeto que coordena, assim somente recebe recursos financeiros quando consegue um financiador, porém seu trabalho não tem vínculo empregatício e, portanto, quando o projeto for encerrado acaba-se o emprego e o salário. Este é um exemplo do círculo cruel de precarização do trabalho, onde o “colaborador” é o responsável pela elaboração, captação de recursos e execução do projeto, isto é, ele é o responsável por criar e captar recursos para estar empregado, mesmo que temporariamente.

Já a E.4 possui em torno de 1.300 funcionários. Este dado contrastante demonstra mais uma vez a profunda interferência estatal na manutenção das OTS, pois destes funcionários 90% atuam nos programas da Prefeitura Municipal de Florianópolis. A E.4 atua como uma empresa de terceirização de mão de obra. A Prefeitura, ao invés de abrir concursos públicos, terceiriza os serviços e desonera os cofres públicos. Aqui evidencia-se outro exemplo da precarização do trabalho, via terceirização, este tema será abordado em detalhes no próximo item, sobre a ótica do profissional de Serviço Social.

Os dados da tabela 03 demonstram que o público alvo das organizações são amplos, principalmente no que se refere a E.6 que engloba desde jovens até outras OTS e empresas; ou a E.5 que pensa em projetos tanto para jovens como para idosos. O problema dessa abrangência em relação ao público alvo está no fato que nem sempre os projetos realizados pela organização estarem de acordo com sua missão e visão.

O terceiro setor é de fato, um setor que está ampliando o campo da empregabilidade, quanto mais o setor cresce, mais empregos geram e mais voluntários se adaptam. Segundo Melo (1999, p.26), estima-se que no Brasil haja “um total de 600 mil pessoas trabalhando no terceiro setor, além dos milhares de voluntários, que hoje chegam a 1,2 milhão” de pessoas.

Em relação ao trabalho voluntário, não há nenhuma restrição legal que impeça sua realização, ao contrário existe a Lei 9.608/98 que o regulamenta e o define como “atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não-lucrativos” e afirma que “o serviço não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim”.

O trabalho voluntário, portanto, está presente nas OTS e é corrente nas organizações pesquisadas, sendo que na E.2 ele assume proporções que extrapolam o sentido do mesmo. Em uma Organização tendo voluntários, estes não devem ser os principais agentes do trabalho

realizado, mas sim os funcionários que são profissionais vinculados à Instituição, e no caso da E.2 há apenas 2 funcionários para contemplarem os 10 projetos que a OSCIP mantém. Evidencia-se uma clara precariedade das relações de trabalho bem como do aspecto da profissionalização, ou seja, voluntários não são necessariamente mão de obra especializada.

O trabalho de uma OTS somente será eficaz e amplo se for realizado por profissionais comprometidos e vinculados com a Organização, a mão de obra básica dos projetos não pode ser o voluntário. Nesse sentido Montañó (2002, p.212) afirma muito bem ao escrever que a atividade voluntária “é certamente nociva à população. Substituindo-se atividade profissional/assalariada, garantidora da qualidade e permanência pelas tarefas voluntárias, fugazes e de qualidade duvidosa que, por sua vez, são geradoras de ainda mais desemprego”. Teixeira (2005) reafirma a posição de Montañó (2002) ao escrever que:

Desenvolver trabalhos voluntários ou atividades livres em uma instituição de caráter filantrópico é “natural”, pois esse serviço faz parte da própria filosofia da instituição e, portanto, do próprio voluntariado. Uma ação social [...] de uma ONG, que mobiliza pessoas, profissionais e/ou voluntários para suas ações [...] é perfeitamente adequado- muito embora, particularmente, eu tenha a opinião de que todo trabalho social deva ser bem feito e, tanto quanto possível, adequada e legalmente remunerado (2005,p.121).

Assim, utilizar voluntários que não recebem remuneração e não geram vínculo empregatício no lugar de assalariados, é mais vantajoso para quem não se importa com a qualidade dos serviços, mas sim com os menores custos. A tabela 04 apresentará uma ampla visão das áreas dos projetos desenvolvidos pelas organizações pesquisadas e constituir-se como complemento para a análise da tabela anterior.

TABELA 04: PROJETOS DESENVOLVIDOS

Áreas dos projetos	E.1	E.2	E.3	E.4	E.5	E.6	Total
Aprendizagem	1	1	1	1	1	1	6
Atividades para 3º idade	1	1	2
Capacitação profissional	1	1	2	.	1	1	6
Cultura	.	3	.	1	.	.	4
Desenvolvimento do 3º setor	.	1	1	1	1	2	6
Educação complementar	1	1	1	1	1	1	6
Esportes	1	.	1
Inserção no mercado de trabalho	.	1	2	5	3	.	11
Responsabilidade social empresarial	2	2
Voltados à crianças (Creche, educação complementar etc.)	2	.	.	3	.	.	5
Voltados à detentos e dependentes químicos	.	1	.	1	1	.	3
Outros	.	1	.	1	.	1	3
Total de projetos:	5	10	7	14	10	9	55

(Fonte: Elaboração própria)

A tabela 04 demonstra a diversidade de projetos realizados pelas OTS pesquisadas, porém é relevante indicar que todas possuem pelo menos um projeto voltado à capacitação profissional e/ou inserção no mercado de trabalho, além do projeto de aprendizagem comum a todas. Isto demonstra que, embora as OTS tenham outros projetos que em nada se relacionam com a profissionalização seu foco está voltado para este tipo de projeto.

Relacionando as duas tabelas, constata-se que a E.2 que tem como público alvo os jovens entre 12 e 24 anos, entre seus projetos encontram-se dois que não contemplam os jovens como foco. Um dos projetos é voltado à disseminação da cultura italiana, para a comunidade em geral por meio de festas e eventos promovidos pela organização e, o segundo, é realizado na penitenciária feminina de Florianópolis, tendo por objetivo capacitar profissionalmente as detentas, além de oferecer cursos aos seus filhos. Nesse caso, se contempla o público alvo da organização, que são os jovens, mas o extrapola por ser as detentas o foco do projeto.

O grande problema reside no risco das OTS se moldarem aos parâmetros do mercado para conseguirem recursos ao invés de lutarem para que os recursos venham de acordo com a necessidade sentida pela comunidade.

Os projetos sociais não podem tornar-se uma mercadoria para captar recursos, se moldando conforme os interesses do investidor sem levar em consideração as necessidades do público alvo, afinal nem toda demanda social é interesse de investimento das empresas, por não

trazer visibilidade, portanto nem todo projeto é por elas acatada. Neste sentido as OTS podem se manter fiel aos seus princípios ou desvirtuarem-se do seu caminho, se moldando as leis do mercado.

Os dados constantes nas últimas duas tabelas demonstram o uso do trabalho voluntário, o campo de trabalho crescente na OTS, o número grandioso de projetos por elas realizados (ao todo são 55 projetos para 6 OTS), o número de pessoas atendidas e não deixa dúvida que o terceiro setor é uma realidade crescente e consolidada. Estes dados são intrigantes, pois levantam algumas questões que são cruciais. Ao serem analisados, ficam ainda perguntas em aberto, por exemplo: qual a qualidade dos projetos realizados pelas Organizações? Como uma Organização se mantém basicamente com o trabalho de voluntários? Os projetos desenvolvidos são permanentes ou por tempo determinado? Como é a remuneração dos profissionais das OTS? Os dados deixam perguntas perturbadoras, demonstrando que o terceiro setor é um campo contraditório que ainda precisa ser muito mais desvendado pelos estudiosos, políticos e sociedade.

1.7. O ASSISTENTE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Aqui se pretende fazer uma breve reflexão sobre a inserção do Assistente Social nas Organizações do terceiro setor pesquisadas bem como o trabalho realizado por estes profissionais.

As OTS estão inegavelmente atuando junto às expressões da questão social. Esta realidade põe em jogo mudanças no processo do trato da questão social. Nesse sentido Montañó afirma:

O fenômeno em questão, não é, portanto, o desenvolvimento de organizações de um setor em detrimento da crise do outro, mas a alteração de um padrão de resposta social à ‘questão social’ [...] com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a auto-responsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função (2002, p. 185).

O que está ocorrendo, segundo o autor, é um novo padrão de respostas à questão social, com perdas na qualidade e garantia do atendimento. Com a retirada do Estado da sua responsabilidade de garantir direitos sociais, perde-se o viés da consolidação da cidadania e passa-se a trabalhar com a caridade e a filantropia. Miotto (2002, p.53) reafirma o conceito trazido por Montañó e acrescenta que “à medida que a gestão dos direitos é realizada pelo terceiro setor, os serviços oferecidos para a população deixam de ter o caráter público e universal como referencial, para atrelarem-se ao particular, que é definido com base nos critérios de cada organização” e a partir disso fica mais difícil mensurar a qualidade dos serviços oferecidos.

Com a transferência de serviços para o terceiro setor, é imprescindível analisar como fica o trabalho do profissional de Assistência Social neste setor que tornou-se um importante campo de trabalho, embora seja um campo

“marcado pela precarização das condições de trabalho, uma vez que predominam no mesmo as experiências constituídas a partir de financiamento

de projetos temporários [...] bem como pelo incentivo ao trabalho voluntário; e ainda pela tendência à desprofissionalização no âmbito da proteção social” (ABREU, 2004, p.63).

Da pesquisa realizada com seis OTS, resultou uma tabela que demonstra como estes profissionais se inserem nas Organizações e o tipo de trabalho desenvolvido por eles.

TABELA 05: INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS OTS

Assistente Social	Quantos contratados	Data de inserção na instituição	Tipo de atividade desenvolvida
E.1	6	1962	- Coordenação de projetos - Gestão dos programas e parte específica do Serviço Social. - Representação do Programa junto à comunidade.
E.2	0	-	Obs: a instituição tem 2 Assistente sociais como colaboradores, sem vínculo empregatício, que trabalham na parte de consultoria técnica e coordenação dos projetos.
E.3	4	2001	- Coordenação dos Projetos - Atendimento familiar e encaminhamentos.
E.4	2 (na sede)	NR	- Plantão social - atendimentos e encaminhamentos dos usuários e funcionários da Organização.
E.5	1	2006	- Acompanhamento do projeto Frutos do Aroeira.
E.6	1	Desde a fundação em 1946	- Responsável pela Responsabilidade Social no Estado; - Elaboração do Balanço Social e Relatório Social.

(Fonte

: Elaboração Própria).

A tabela demonstra que em todas as OTS há pelo menos um Assistente Social atuando junto aos projetos, embora nem todos sejam funcionários da Organização, como é o caso da E.2, que se utiliza de dois profissionais da área como colaboradores, isto é, atuam sem vínculo empregatício junto a mesma. Ao todo são 14 Assistentes Sociais atuando em seis OTS, o que dá

uma média de 2,3 profissionais por organização, um resultado relativamente positivo ainda mais ao se considerar as atividades desenvolvidas por eles.

Do total, 66% são coordenadores de projetos, isto significa que este profissional quando inserido nas OTS atua na gestão e planejamento das atividades e não somente na execução, o que demonstra uma valorização do conhecimento técnico operativo da profissão, mas também requerem do profissional novas habilidades e estratégias para lidar com as novas relações postas entre Estado/Mercado/Sociedade Civil, quais sejam a desresponsabilização estatal, a filantropia empresarial, os projetos sociais realizados por OTS, etc.

A profissão do Assistente Social é diretamente afetada por estas novas relações, uma vez que este é um profissional “que vende sua força de trabalho especializada para entidades empregadoras – O Estado, empresas privadas, entidades filantrópicas e outras organizações em troca de salário” (IAMAMOTO, 1999, p.114). Entender as alterações sofridas nos processos e relações de trabalho são fundamentais para compreender a mudanças e as novas habilidades exigidas do profissional.

Todo esse ideário de desregulamentação de trabalho, flexibilização dos ganhos trabalhistas adquiridos até o momento, as privatizações de estatais, bem como o desmonte dos direitos sociais ordenados por uma perspectiva de compromisso social coletivo, acabam por instaurar, gradativamente, nos indivíduos, e conseqüentemente nas profissões, uma necessidade quase irrefreável de buscar no mercado um ‘pacote’ de competências desejadas pelo mundo do trabalho, pois isso garantiria a empregabilidade (SOUZA, 2004, p.51).

Analisando a questão da flexibilização do trabalho, em relação a E.4, é preciso considerar que embora tenha somente 2 Assistente Sociais atuando na sede da Entidade, a mesma fornece profissionais da área para programas e projetos realizados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, terceirizando assim o trabalho profissional e reforçando a condição precarizada do trabalho. Esta é uma realidade nacional, onde “no âmbito municipal [...] cresce a multiplicidade de contratos, aumentado a precarização do vínculo contratual do assistente social” (MONTAÑO, 2002, p. 250).

Iamamoto, ao escrever sobre o redimensionamento da profissão e a flexibilização do trabalho que atinge o profissional de Assistência Social, reafirma a posição de Montaña e a realidade encontrada na E.2 e E.4 ao reconhecer que se registra incidência na “terceirização na

contratação de assistentes sociais [...] nas cooperativas, fundações e Entidades Filantrópicas [...] como as instituições através das quais os Órgãos públicos contratam”. (1999, p.12).

As OTS contribuem para a flexibilização do trabalho ao utilizar do serviços do profissional, sem lhe proporcionar garantias trabalhistas, como é o caso da E.2, e ao fornecer mão de obra especializada às Prefeituras e outros Órgãos Estatais sob a forma de terceirização substituindo os concursos públicos, mais seguros e estáveis ao trabalhador, como é o caso da E.4.

Nesse sentido, é importante levar em consideração não só o campo de trabalho que se abre ao assistente social no terceiro setor, que é sim mais um receptor desta mão-de-obra, mas é preciso avaliar em que condições estes profissionais estão sendo empregados. No caso da E.2 os profissionais não são contratados, pois os projetos dependem de financiamento externo e são por tempo determinado, portanto o profissional só tem emprego enquanto durar o projeto, e ele mesmo é o responsável por captar o recurso que será seu salário. Na análise de Montañó:

o mercado de trabalho aberto no ‘terceiro setor’ não parece compensar, sob nenhum aspecto, a retração do mercado na órbita estatal para o Serviço Social. Não parece compensar em relação à quantidade dos postos de trabalho para os assistentes sociais criados na sociedade civil. Não compensa no tipo de vínculo empregatício: instável, flexível, sujeito à financiamento externo de projetos pontuais (2002, p. 249).

A transferência da responsabilidade estatal para a sociedade civil, em formato do terceiro setor, trás prejuízos para a população que perdem práticas profissionais por práticas voluntárias e filantrópicas e para o profissional de Serviço Social, que perde o campo seguro do emprego público, por contratos temporários, condições de trabalho precarizadas e práticas filantrópicas de atendimento à questão social. O que parece ocorrer é a perda do campo profissional dos assistentes sociais que deixa lugar para um aumento de práticas voluntárias e caridosas; o espaço profissional sendo substituído por voluntários e seus sentimentos de solidariedade (MONTAÑO, 2002).

2. REDES E PARCERIAS NO TERCEIRO SETOR: BARREIRAS E POTENCIALIDADES

2.1. REDES E TERCEIRO SETOR

A palavra rede vem do latim *retis* e significa o “entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido” (SILVA, 2006, s.p). Seu conceito evoca a idéia de articulação, flexibilidade, conectividade e por isso o termo vêm sendo usados em diferentes situações, contextos e campos científicos, que vão desde a sociologia até a informática. Nas ciências sociais, segundo Scherer-Warren destaca-se que:

No pensamento científico, os estudos das ações coletivas na perspectiva de redes, ora tratam estas como um elemento da sociedade da informação que se estrutura cada vez mais sob a forma de redes; ora como uma metodologia adequada para se investigar estas ações na sociedade complexa. E, ainda, como uma nova forma de relações/articulações dos movimentos no mundo globalizado, cujas características merecem novas formas de entendimento (2006, p. 215).

Segundo esta mesma autora, analisar as redes como fruto da sociedade da informação refere-se a uma leitura diferente da realidade, hoje mais complexa e dinâmica, onde a maneira de agir e se organizar em sociedade modificou-se e a forma de se conceber como sujeito da história também. Neste sentido, Olivieri (2006, s.p.) ao analisar as mudanças nesta sociedade complexa, afirma que “em épocas de desterritorializações, universalizações e neoliberalismos, uma espécie de contra cultura interna ao próprio sistema global, se afirma em torno de noções e valores históricos: comunidade, nação, [...] redes de colaboração”, onde os próprios sujeitos se organizam e ativam o exercício da cidadania, formando, assim, a chamada contra cultura, ou seja movimentos sociais que articulados formam as redes.

O conceito de rede modifica-se dependendo a ótica sob a qual está sendo analisado, porém sempre está relacionado a um “padrão de organização comum a todos os sistemas vivos: sempre que olhamos para a vida, olhamos para redes” (CAPRA, 1996, apud Ayres, 2002, s.p.).

Manuel Castells (1999) afirma que estamos vivendo em uma sociedade de redes, onde a tecnologia da informação criou condições para que os indivíduos e as organizações estejam conectados, trocando informações e experiências e estruturando suas relações sociais em forma de redes.

Neste sentido, as organizações, sejam elas empresariais ou não, estão buscando novas estruturas e formas de articulação para enfrentarem cenários cada vez mais complexos, sendo uma das formas estratégicas de trabalho o surgimento de uma forma de atuação que articula os atores e as organizações em rede.

O meio empresarial utiliza o conceito ao se referir às diversas “organizações articuladas [...] que agregam valor a sua cadeia produtiva” (AYRES, 2002, s.p.). As ciências exatas e humanas também se utilizam do conceito teórico ou metodologicamente. Como por exemplo, nos estudos da geografia, que trabalha com redes de territórios, de técnicas e de produção; ou a administração, que analisa as redes organizacionais e empresariais; ou ainda a biologia, que trabalha com redes como tecido social e com a noção de redes como laços realimentados (SHERER-WARREN, 1999).

O termo, embora seja comumente disseminado entre as ciências e o meio empresarial, apenas recentemente está sendo utilizado pelas organizações do terceiro setor, sendo que seus atores sociais “passaram a empregar essa noção para se referirem a determinado tipo de relação ou prática social” (SCHERER-WARREN, 1999, p.21), a fim de potencializarem suas ações, pois “quando esforços são somados e juntam-se conhecimentos e recursos, ampliam-se as possibilidades de atuação” (TACHIZAWA, 2004, p.155).

Scherer-Warren, ao trabalhar o conceito de redes voltado aos movimentos sociais, define que este se destina a “buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo” (1999, p.27). Segundo a autora, uma organização formal não é um movimento em si mesmo, mas a articulação com outros atores e outras organizações se faz necessária para que um movimento mais amplo aconteça, onde seja possível diferentes agrupamentos de pessoas e grupos “trabalharem em conjunto com base em um propósito comum” (AYRES, 2002, s.p.).

Isto significa que, para que exista uma rede, é imprescindível que haja diversos atores, uma causa em comum e comunicação entre os membros. Nas palavras de Péon (apud, FERNANDES, 1994, p.130) só há uma rede quando há “processos dinâmicos permanentes que estabelecem laços múltiplos, descontínuos e redundantes entre pessoas e entre grupos, formais e informais”. Laços múltiplos, pois a organização ou sujeito podem participar de

quantas redes acharem necessário; descontínuos, pois podem ter tempo determinado e se desintegrarem ao alcançarem o objetivo proposto inicialmente e redundantes, pois só há articulação quando há objetivos relevantes em comum. Segundo Fernandes (1994) o essencial nas redes não é como sua estrutura é formada, mas sim como ocorrem os processos de comunicação e tomada de decisões, pois devem ser descentralizados e democráticos.

O terceiro setor é um campo complexo, heterogêneo, que envolve diferentes atores por diversas causas (mulheres, negros, homossexuais, crianças, violência etc.). Mas é através da articulação entre as diferentes causas que “a sociedade civil se organiza em redes para a troca de informações, articulação institucional e política e para a implementação de projetos comuns” (OLIVIERI, 2006, s.p.). Silva reafirma a tendência das organizações se articularem e define o terceiro setor como uma “grande teia de inter- conexões” (2006, s.p.). Este autor analisa ainda que “por mais diversas que sejam as organizações e suas causas, elas têm em comum o propósito de estender suas ações e idéias a um universo sempre mais amplo de interlocutores: beneficiários, parceiros, financiadores, voluntários, colaboradores etc.” (2006, s.p.).

A grande virtude da realização do trabalho em rede, bem como seu maior desafio, está no fato “de enfatizar a atuação motivada por interesses comuns, em vez do relacionamento pautado pelo conflito e pela concorrência” (TACHIZAWA, 2004, P.157). Superar os interesses individuais da organização para realizar um projeto coletivo, requer habilidades que vão muito além da troca de informações, já que se comunicar é apenas um instrumento necessário à articulação. O objetivo da rede não se esgota no fluxo de informações, apenas se inicia neste.

Participar de uma rede organizacional envolve algo mais do que apenas trocar informações a respeito dos trabalhos que um grupo de organizações realiza isoladamente. Estar em rede significa realizar conjuntamente ações concretas que modificam as organizações para melhor e as ajudam a chegar mais rapidamente a seus objetivos (AYRES, 2002, s.p.).

O autor ressalta ainda que, mesmo em situações de competitividade, as organizações podem trabalhar em cooperação em determinado projeto ou ação, desde que exista transparência entre ambas e objetivos explicitamente definidos. Isto ocorre, pois “difícilmente uma organização pode isoladamente fazer tudo por todo o tempo, pois isso é demasiadamente complicado, dispendioso e arriscado a longo prazo” (AYRES, 2002, s.p.). O trabalho em rede pode ser realizado entre organizações para atuarem tanto em microprojetos como em

megaprojetos e servirem a propósitos diversos, porém em todos os níveis a rede irá pressupor “identidades e padrões a serem acordados pelo coletivo responsável” (SILVA, 2006, s.p.).

2.2. TIPOS DE REDES

Para compreender o fenômeno das redes é preciso situar, antes, o ponto de referência sob o qual o fenômeno será analisado, pois, dependendo da disciplina pode-se atribuir múltiplos significados às redes, e mesmo dentro de uma disciplina, o conceito pode ter mais de uma perspectiva. Parte-se deste princípio a fim de esclarecer que a definição que será apresentada neste trabalho não abrange todos os tipos de redes existentes, mas é baseada na definição de dois autores, quais sejam Scherer-Warren (2006) e Silva (2006).

Segundo Scherer- Warren (2006), ao se definir redes, é preciso analisá-las em sua dupla dimensão. A rede destinada apenas à troca de informações via internet, TV, telefone etc., onde seus objetivos se esgotam neste sentido, é a chamada rede técnica. Este tipo de rede pode ampliar sua atuação na medida em que amplia sua relação para além das trocas de informação e inicia um trabalho efetivo e coletivo, sendo que a partir daí torna-se uma rede social propriamente dita. De qualquer forma redes são “comunidades de sentidos”, onde o coletivo define seus rumos, e sua abrangência será maior ou menor na medida em que se amplia a relação entre as redes técnicas com suas formas de comunicação e as redes sociais. (SCHERER-WARREN, 2006).

As redes técnicas, criadas com o objetivo de trocar informações são fundamentais, pois o elo básico da rede são seus fios, seus pontos de conexão, que referem-se à comunicação entre seus membros, pois como afirma Whitaker (2002, s.p.), o que dá “consistência a uma rede são as informações que transitam pelos canais que interligam seus integrantes”.

Neste sentido, não se pode negar a importância da tecnologia da informação para a formação das redes, pois este sistema de comunicação que “fala cada vez mais uma língua universal digital tanto está promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras” e “criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela” (CASTELLS, 1999, p.40). Embora o objetivo da rede social não seja apenas a troca de informações, este processo é fundamental para que se desenvolva um trabalho conjunto.

Em relação ao conceito de redes sociais, Scherer-Warren (2006) o subdivide em dois conceitos distintos. O coletivo de redes e a rede de movimentos sociais. O primeiro refere-se à articulação entre organizações empiricamente localizáveis, isto é, uma conexão de organização para organização, que podem ser entre ONGs, OSCIPs, OSs, etc. O segundo, por sua vez, trata de redes sociais mais complexas, “que transcendem organizações empiricamente

delimitadas e que conectam de forma simbólica [...] e estratégica, sujeitos individuais e atores coletivos, em torno de uma identidade [...] comum” (SCHERER-WARREN, 2006, p.217). Os objetivos dessas redes podem ser específicos, isto é, lutarem por uma única causa, por exemplo, racismo, feminismo, etc. ou ainda serem “trans-identitários”, ou seja, mesclarem diversos objetivos em suas causas, como por exemplo, o movimento eco-feminista, que reúne ecologia e feminismo em sua luta.

Silva (2006) ao considerar redes aborda outro conceito para definir sua tipologia, na medida em que volta sua análise para as redes do terceiro setor. Este autor identifica três categorias de redes neste universo, quais sejam:

- Redes temáticas: organizadas em torno de um tema específico, a causa é o fundamento, a base que dá origem a rede.
- Redes Regionais: organizadas em torno de um ponto geográfico comum entre os parceiros, que pode ser em torno de um bairro ou até mesmo um país.
- Redes Organizacionais: organizadas em torno de uma entidade superior que congrega todas as outras organizações a ela filiadas (confederações, associações, etc.).

Partindo da visão desses dois autores, podemos considerar que estes conceitos esclarecidos por ambos estão imbricados um no outro. A definição de redes temáticas, regionais e organizacionais trazidas por Silva (2006) são perfeitamente ajustáveis dentro do conceito de coletivo de redes analisado por Scherer-Warren. A autora trata das articulações entre organizações localizáveis no conceito de coletivo de redes e Silva, por sua vez, analisa os motivos pelos quais essas organizações se articulam. Os conceitos, portanto, não se contrapõem, mas sim se complementam e ampliam a visão existente sobre tipologia de redes.

Na pesquisa realizada a temática de redes foi investigada junto às entidades. Procurou-se levantar se a entidade participa de atividades em rede juntamente com outras OTS, bem como os tipos de eventos e parcerias em que participa, e ainda, a periodicidade das mesmas. A partir das respostas, sistematizou-se a tabela 06 que segue:

TABELA 06: REDES E PARCERIAS

Entidade	Encontros e/ou eventos que participa	Qual tipo de parceria possui com outras OTS	Quais OTS foram as parcerias citadas	Periodicidade da parceria
E.1	- Rede Arte e cidadania - Rede Solo - Portal Social	- Financiamento - Prestação de serviços	- Oficina da Vida - IVA - ICON	Permanente
E.2	- Encontro Catarinense do Terceiro Setor - Eu Abraço o planeta	- Assessoria - Prestação de serviços - Educação/qualificação	- Promenor - ICON - IVA - Centros comunitários, Escolas e igrejas.	Permanente
E.3	- Fórum Municipal dos direitos da criança e do Adolescente - Fórum de erradicação do Trabalho infantil - Rede de empregabilidade dos portadores de necessidades especiais - Rede Monte Cristo - Comitê para democratização da informática	- Coordenação técnica	As parcerias são realizadas com o Estado e as empresas e não com outras Organizações do Terceiro Setor.	Periodicamente
E.4	- Conferência Nacional dos direitos da criança e do Adolescente - Encontro Catarinense do Terceiro Setor	- Doação de kits em épocas festivas para outras entidades - Sedem um profissional	- AFLODEF - 300 entidades beneficiadas com os kits.	Eventualmente
E.5	- Fórum do Maciço - Rede de Movimentos sociais do Monte Cristo	- Assessoria - Educação/qualificação	- ACAM - Centro Social Marista - CEDEP	Permanente
E.6	- Semana inclusiva - Rede Catarinense de empregabilidade - Encontro Catarinense do Terceiro Setor	- Prestação de serviços - Divulgação	- Todas as ONGs, Instituições e o Estado. - SESC	Periodicamente

(Fonte: Elaboração Própria).

Os dados demonstram que 50% das OTS participam do Encontro Catarinense do Terceiro Setor, por ser um evento que diz respeito a todas, uma vez que têm por objetivo reunir a sociedade civil e as organizações do setor para debater questões pertinentes as mesmas.

Dentro do conceito de Silva (2002), temos o exemplo da Rede de Movimentos Sociais do Monte Cristo, da qual participam a E.3 e a E.5. Este é um exemplo de rede regional, onde há articulação entre entidades, pois estas se localizam no mesmo bairro ou

região, sendo este o motivo pelo qual se unem e lutam por diversas causas que visam a melhoria da qualidade de vida da região como um todo.

As Entidades 3 e 6, por sua vez, são um exemplo de redes organizacionais, pois são ramificações de uma entidade superior, mais ampla, que congrega diversas organizações em todo o país.

Outro ponto de análise refere-se ao tipo de parceira firmada: 50% prestam serviços a outras organizações. Porém, se este serviço for contratado, como é o caso da E.1 que contrata a E.2 para elaborar os módulos teóricos que serão dados aos jovens aprendizes, não se caracteriza rede e sim um contrato de trabalho habitual, como se uma empresa terceirizasse os seus serviços. Trabalhar em rede é um processo mais amplo, onde as Organizações partilham de pelo menos um interesse em comum e trabalham conjuntamente visando alcançá-lo. O conceito de redes proposto por Scherer-Warren refere-se

[...] a uma estratégia de ação coletiva, isto é, a uma nova forma de organização e de ação. Subjacente a essa idéia encontra-se, pois, uma nova visão do processo de mudança social – que considera fundamental a participação cidadã – e da forma de organização dos atores sociais para conduzir este processo. (SCHERER-WARREN, 1999 apud Viana, 2004).

Por fim, 50% das organizações afirmam que a parceria é permanente, o que é um dado significativo. Todavia, o conceito que elas possuem de parceria e redes não fica evidente, uma vez que, como já dito anteriormente, contratar serviços não pode ser definido como parceria, mas sim como prestação de serviços, onde cada organização pensa no seu “lucro” e não no projeto em comum. Das três entidades que responderam que a parceria é permanente, apenas a E.5 demonstra estar realmente engajada com os outros atores da sociedade civil de sua comunidade, pois todos os parceiros que cita, fazem parte da mesma região de sua localização e visam um objetivo comum, qual seja o desenvolvimento da sua comunidade.

Como escrito anteriormente, os autores que conceituam redes, destacam que a questão fundamental da idéia de redes, é que elas poderão interligar pessoas ou entidades, ou ambos. Devem ser heterogêneas e podem ser de diferentes tamanhos, desde “uma equipe que trabalhe em rede a uma rede de bairro ou sala de aula, até uma rede internacional. Podem existir igualmente redes de redes. E dentro de uma rede podem se formar sub redes, com objetivos específicos” (WHITAKER, 1993, s.p.). Nesse sentido, Amaral (2002, s.p.) reafirma a posição de Whitaker ao escrever que as redes estão “presentes [...] em todos os tamanhos e com configurações variadas [...] configurando-se em estruturas abertas, não circulares, com

expansão ilimitada”. Hoje as redes são um extraordinário instrumento de “organização, articulação e mobilização social” (2002, s.p.) presentes em diversos espaços sociais.

Porém, conforme demonstrado na tabela anterior, as OTS ainda estão iniciando este processo de articulação entre elas, não possuindo ainda uma visão clara e precisa do que seja trabalhar em rede. A próxima tabela, que apresenta as parcerias entre as OTS especificamente no projeto aprendizagem, comum a todas as entidades, demonstra claramente a falta de articulação entre elas:

TABELA 07: O PROJETO APRENDIZAGEM

Entidade	Parcerias consolidadas	Como os jovens chegam ao programa	Demanda reprimida.	Existência de uma rede de apoio para aqueles jovens que não conseguem vaga no projeto?
E.1	Convênio com 77 empresas públicas, privadas e mistas.	Espontaneamente	Sim	Não, apenas encaminham para outras instituições.
E.2	Apenas a E.1	Encaminhado de outras instituições.	Não	Não, pois atendem a todos.
E.3	7 empresas ao todo, entre públicas e privadas.	Espontaneamente	Sim, de 300 jovens.	Não só os maiores de 16 anos são encaminhados para o estágio.
E.4	6 empresas e uma Universidade Particular que atua na capacitação teórica dos jovens.	Espontaneamente e encaminhados de outras instituições	Sim, de 150 jovens.	Não, apenas orientam que o jovem procure outra instituição.
E.5	4 empresas.	Espontaneamente e encaminhados de outras instituições	Sim, de 95 jovens.	Não e nem chegam a encaminhar para outras instituições, pois sabem que há fila de espera.
E.6	45 empresas ao todo	Encaminhados de outras Instituições.	Não	Não

(Fonte: Elaboração própria).

Todas as OTS pesquisadas possuem o mesmo projeto e atendem a mesma região. Como o projeto de Aprendizagem obriga as empresas a contratarem no mínimo 5% do seu quadro funcional de jovens aprendizes, as parcerias das OTS pesquisadas com as empresas, não é algo espontâneo, mas sim determinado por lei. As empresas precisam das OTS para cumprir a lei e as OTS precisam das empresas para manter o projeto. Então, o que ocorre é

uma grande competição entre as Organizações para ver quem fecha mais parceiras com empresas.

Só não há competição no caso das Entidades 2 e 6, que são as mesmas onde não há demanda reprimida. No caso da E.2 não há competição, pois, o projeto de aprendizagem está vinculado a E.1, e o papel da segunda, é apenas ministrar o curso de formação para os jovens atendidos pela E.1. Então não há competição, nem trabalho em rede, mas sim prestação de serviços entre as entidades.

No caso da E.6 não há competição, pois pela Lei nº 10.097/00 ela tem a preferência de atuar com o projeto de aprendizagem, por fazer parte do sistema “S”⁵. Nesta entidade o projeto de aprendizagem possui algumas peculiaridades. A E.6 fornece o curso de aprendizagem aos jovens aprendizes sem qualquer custo à empresa, o que não ocorre com as outras entidades que cobram tal serviço, porém, só as empresas filiadas ao CNC poderão firmar a parceria com a E.6, uma vez que estas empresas contribuem mensalmente através do INSS com a manutenção da entidade, como dito anteriormente. Assim, a E.6 não compete com as outras por ter garantido as parcerias através da legislação em vigor.

A questão mais significativa da tabela 07 refere-se a total falta de articulação entre as entidades, que tendo ou não demanda reprimida, não possuem nenhuma rede de apoio para os jovens que não atendem os requisitos de inclusão no projeto. Sua atuação se restringe no máximo, ao encaminhamento dos jovens entre as próprias entidades, mesmo sabendo que não há vagas nos outros projetos, ocorrendo uma espécie de encaminhamento contínuo de uma entidade para outra. Tal fato demonstra a falta de diálogo, a inexistência de propostas conjuntas entre as organizações e a completa desarticulação entre as mesmas.

Na pesquisa ficou evidenciado a falta do trabalho articulado, da discussão de projetos e de metas, ao contrário, evidenciou-se uma competição e disputa na corrida para captação de empresas parceiras. Ao invés das entidades se unirem, articularem e elaborarem um projeto de ação conjunta, no sentido de conscientizar as empresas acerca da importância do projeto de aprendizagem para garantir e consolidar melhor qualidade de trabalho, maiores salários e mais vagas aos jovens, cada entidade centra-se em seus interesses particulares, visando o seu crescimento e realmente pouco comprometidas com o público alvo do projeto.

Pode-se afirmar que a percepção da importância do trabalho articulado para um mesmo objetivo será mais vantajoso para todas. Porém, é um desafio que exige uma visão

⁵ O Sistema “S” é composto pelas Organizações: SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem da indústria), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem do comércio), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem rural), SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), SENAP (Serviço Nacional de Aprendizagem da pesca).

empreendedora dos gestores dos projetos e a superação dos ranços da concorrência e competição.

2.3. BARREIRAS À FORMAÇÃO DE REDES

Vale ainda mencionar acerca da estrutura horizontal em rede, colocada como uma alternativa em contraposição à estrutura piramidal de organização, na qual os cargos são definidos, há níveis hierárquicos, a informação não circula livremente, as decisões vêm “de cima para baixo” sob a forma de ordens, etc. Como já citado, atualmente o trabalho em rede constitui-se um desafio posto às organizações e aos sujeitos. Todavia os obstáculos a serem superados na sua efetivação são diversos.

Ayres (2002) ao escrever sobre redes delimita as barreiras enfrentadas durante a constituição das redes em três aspectos: barreiras políticas, barreiras técnicas e barreiras internas.

- Barreiras Políticas: referem-se às formas de exercício de liderança inseridos na rede. A dinâmica de relacionamento própria da rede, onde todos têm autonomia e liberdade de relacionamento pode gerar conflitos entre os participantes, dependendo do nível de entendimento que possuem da causa, e da harmonia existente entre eles. Portanto, “quanto mais uma rede for coesa e dotada de um propósito claro e unificador, mais preparada ela estará para lidar com eventuais problemas de relacionamento entre seus integrantes” (AYRES, 2002, s.p.). Por outro lado, quanto menos laços de confiança e legitimidade unir seus membros, mais fácil será a geração de conflitos e desentendimentos podendo levar até a desagregação.

- Barreiras Técnicas: são relacionadas aos problemas técnicos, provenientes da dificuldade de alguns membros ao lidarem com as ferramentas tecnológicas de comunicação. Ao escolherem qual tecnologia de informação será empregada é preciso atentar para o grau de conhecimento dos integrantes com a tecnologia, fundamental para que a informação circule livremente e todos tenham acesso a ela, uma vez que a troca informação na rede é imprescindível para o seu funcionamento.

- Barreiras Internas: são as dificuldades originárias na estrutura de cada organização participante da rede. Cada organização tem sua dinâmica e entre as principais dificuldades internas citadas pelo autor, as mais relevantes são: a dificuldade dos membros em entender a dinâmica de funcionamento de uma rede, “isto pode ser decorrente de uma cultura baseada em estruturas hierarquizadas e pouco flexíveis, em que somos inseridos desde a infância” (AYRES, 2002, s.p.); a falta de tempo para manter diariamente a comunicação com a rede.

devido à sobrecarga de trabalho, ao acúmulo de atividades, etc., e o foco em outras atividades mais urgentes como a captação de recursos para sua organização que substituem a ação em rede.

Essas barreiras não são fáceis de serem superadas, exigem persistência e transparência das organizações, além de necessitarem serem revistas a todo o momento, pois “é preciso reconhecer o fato de que tanto o ambiente quanto as pessoas que compõem a organização mudam” (TACHIZAWA, 2004, p.158) e mudam também os interesses e objetivos, podendo alterar a capacidade da organização atuar em rede.

o importante é reconhecer que qualquer relação, mesmo a melhor parceira não está isenta de tensões e conflitos. Muitos dos problemas nas parcerias surgem, na verdade, após algum tempo de realização dos trabalhos em conjunto. Isso porque não bastam boa vontade e boas intenções. Poucas vezes as organizações estão preparadas para gerir a relação de parceira, isto é, implementar formas de acompanhamento, discussão e renegociação dos termos do trabalho conjunto e das bases que o motivaram (TACHIZAWA, 2004, p.159).

Enfim, a criação e o desenvolvimento das redes organizacionais no terceiro setor, embora complexas e recheadas de desafios, podem representar um grande passo para o desenvolvimento social no País. É um projeto em longo prazo, mas que já está se tornando realidade, algumas experiências demonstram que esta lógica do trabalho baseado em trocas de informações e ações, melhora a eficiência da atuação das organizações envolvidas pois eliminam com a superposições de ações e reduzem os gastos, como destaca Amaral “Se há um espaço onde não se cresce sozinho é o das redes. E compartilhar é a estratégia do crescimento conjunto” (2002, s.p.).

2.3.1. Atuação em rede: Possibilidades e Dificuldades

A falta de articulação entre as OTS num mesmo projeto é imensa, como explicitado no item 2.2. Porém, as entidades pesquisadas ao serem questionadas sobre a importância das parceiras para a organização e não para um projeto especificamente, 90% afirmaram ser muito importante para o crescimento da própria organização, seja para conseguir financiamento, para complementar o trabalho ou para melhorar os resultados da entidade.

Nas palavras dos entrevistados “Hoje não tem como trabalhar sozinho, até para conseguir financiamento (inclusive internacional) é fundamental estarmos em parceria com outras entidades. Tem recursos que só vem desta forma” (Entrevistado 1). “Importante, pois as outras Organizações trabalham com pontos diferentes dos nossos (somos forte em algo ela em outro)” (Entrevistado 2). “Passou o tempo das atuações individuais, a atuação em parceira é mais eficiente e trás mais resultados” (Entrevistado 6).

Apenas a E.4 não mencionou acerca da importância do trabalho em parceria, evidenciando sua visão endógena, voltada para si mesma, ao responder que a parceria “Acrescenta para quem recebe, não para quem promove. A instituição não se beneficia, somente cumpre com os objetivos da própria organização” (Entrevistado 4). Os atores envolvidos nesta instituição não se demonstraram preparados para realizarem um trabalho em rede, articulado com outras organizações, além de não possuírem uma visão global do papel fundamental de estarem atuando junto as expressões da questão social afinal “as redes apresentam uma solução viável e desejável aos cidadãos ativos e conscientes das necessidades de transformações no mundo” (OLIVIEIRI, 2006, s.p.), o que parece não ser o caso desta organização.

Embora a maioria considere a parceria importante, ao serem questionadas sobre a dificuldade em captar recursos e parceiros, todas se referiram às parcerias com empresas e/ou Estado e não com outras OTS, isto demonstra a preocupação com o financiamento da organização e sua manutenção. Nenhuma demonstrou ter uma visão ampla de transformação social, voltada para a sociedade como um todo, mas sim se demonstraram preocupadas com seus interesses.

Entre as OTS pesquisadas, 66% consideraram a concorrência entre projetos e OTS a principal dificuldade para conseguirem parceiros, leia-se financiamento. Destas, 17% apontaram que a imagem negativa das ONGs, criada por diversas organizações desonestas, como a principal dificuldade para conseguir financiamento, afirmando que há muita desconfiança entre os financiadores e 17% apontaram que a falta de entendimento das empresas sobre as vantagens da responsabilidade social é o ponto dificultador. Nas palavras do entrevistado “somente agora as empresas estão se abrindo para isso” (Entrevistado 6).

Todas as organizações pesquisadas trabalham com projetos sociais e necessitam de parceiros para mantê-los. Porém umas necessitam mais destes parceiros do que outras, por não terem outro meio de conseguir os recursos necessários. A tabela 08 demonstra qual a estratégia utilizada por estas organizações ao procurarem seus parceiros:

TABELA 08: **ESTRATÉGIA PARA A CAPTAÇÃO DE PARCEIROS**

OTS	Na Organização há um setor responsável por captar parceiros.	Qual a estratégia de captação de parceiros
E.1	Não	“Já foi pensado, o projeto para captação de parceiros está pronto, porém ainda não foi colocado em prática”.
E.2	Sim	Elaboração de Projetos para Captar Recursos e Campanha de Recurso para a Instituição (setor administrativo) como a Campanha da conta d Energia elétrica e visitas às empresas.
E.3	Sim	Ir pessoalmente até as empresas, mostrar os projetos da organização. Em todo o estado há 40 pessoas, com a função de ir até as empresas procurar parceiros.
E.4	Não	NR
E.5	Sim	Apresentação de projetos e proposição de parcerias.
E.6	Sim	Tem articuladores em todo o estado para captar parceiros, indo nas empresas e cada projeto é responsável por captar seus recursos.

(Fonte: Elaboração própria).

Entre as organizações pesquisadas, 66% possuem funcionários dedicados exclusivamente à captação de parceiros, isto demonstra a imensa importância que a articulação com demais organizações, Estado e empresas tem para o andamento dos projetos das organizações, tornando-se vital para as mesmas. É importante esclarecer que as duas únicas organizações que não possuem estratégias de captação de recursos são aquelas que possuem um patrimônio considerável, é o caso da E.1, que é fundada pela igreja católica e possui muitos imóveis em Florianópolis, não necessitando tão primordialmente de recursos como as demais. No caso da E.4, sua falta de estratégia é devido aos seus convênios firmados com a Prefeitura Municipal de Florianópolis em todos seus projetos. Esta organização já possui sua “parceria” garantida.

Cabe destacarmos que a relação existente entre a [E.4] e a PMF vai além de uma parceria voltada a ‘assistência aos pobres’ como prega a entidade. Na verdade, esta organização cumpre o papel de empresa responsável pela terceirização de uma parcela significativa da força de trabalho a serviço do poder público municipal (VERCHAI, 2006, p.38).

Outro aspecto a ressaltar é que das 66% que responderam ter estratégias para captar parceiros, 100% responderam que as estratégias são simples e comum a todas. Elas elaboram projetos e fazem a proposta de parceria, seja pessoalmente ou através de editais abertos por empresas para concorrência de projetos. O entrevistado da E.5 respondeu que, de 10 projetos escritos pela organização, em média um é contemplado, isto demonstra a dimensão da concorrência entre as organizações.

As organizações de maneira geral estão abertas às parcerias, mas a finalidade destas parcerias é que não parecem contemplar os objetivos das redes, que serão explicitados a seguir e refere-se à objetivos em comum e relações horizontais. O que vimos pela pesquisa é a necessidade de buscarem parceiros para contemplarem seus objetivos institucionais, sem a parceria (principalmente financeira) não teriam como atuarem. O que ficou evidente, é que não há uma visão de trabalho coletivo visando objetivos compartilhados e metas definidas coletivamente. As organizações pesquisadas estão muito aquém de perceber a real proposta do trabalho em rede e mais aquém ainda de realizá-lo.

Para encerrar esta análise é importante ressaltar a concepção do que sejam redes e parcerias para Viana (2004). Este autor esclarece que existem dois tipos de parcerias: as horizontalizadas, que se referem às parcerias realizadas com outras organizações, associações, federações, etc. a fim de trocarem experiências entre si, promover eventos, fóruns, reivindicações, entre outros. “Estas redes e parcerias [...] visam consolidar suas reivindicações e objetivos e não vantagens ou recursos materiais para a associação” (2004, p.118). O outro tipo são as redes verticalizadas, onde as parcerias são firmadas com empresas privadas, órgãos públicos e ou partidos políticos com o objetivo primordial de captar benefícios e recursos humanos, materiais e financeiros para a organização.

A partir desta análise, ao relacionarmos com a realidade das parcerias apresentada pela pesquisa realizada, pode-se concluir que as entidades estão sim realizando parcerias, porém, quase que estritamente verticalizadas, visando apenas à captação de recursos e sua sobrevivência. Esta realidade pode ser confirmada, analisando-se as respostas dadas pelos entrevistados aos serem questionados sobre os resultados concretos identificados pelas organizações ao firmarem parcerias.

As respostas são significativas e claras, e expressam o quanto a captação de recursos é necessária para as organizações. Dos entrevistados, 60% consideram como resultado concreto da parceria o maior número de pessoas atendidas; 24% citam a maior credibilidade e ampliação das possibilidades de atuação das organizações e 16% consideram a facilidade de financiamento e credibilidade como os maiores resultados vindos da atuação em parceria.

Percebe-se que em todas as respostas o que é evidenciado, são os recursos e resultados. Constata-se que em nenhum momento a parceria é ressaltada como importante para a concretização de direitos, ou como forma de pressão ao Estado, bem como a garantia de uma sociedade articulada.

Diante deste resultado, conclui-se que as entidades, estão, sim, prontas a firmarem parcerias, porém somente as verticalizadas, voltadas aos interesses intrínsecos a cada uma, por não possuírem uma visão ampla, de coletividade. O que propomos neste trabalho é a parceria horizontalizada, que tenha a finalidade de articular a sociedade civil e fortalecê-la e não a verticalizada que embora seja necessária a sobrevivência das entidades, não deve ser a razão de sua existência.

2.4. PRINCÍPIOS DE REDES ORGANIZACIONAIS

O trabalho em rede pressupõe articulação entre seus membros, criando-se uma identidade coletiva visando um objetivo comum, pois “sem intencionalidade uma rede não consegue ser sistema vivo, mas apenas um amontoado de possibilidades” (SILVA, 2006, s.p.) não chegando a lugar algum. Para tanto, é necessário que alguns princípios norteadores da rede sejam definidos a fim de organizar e potencializar suas ações. Há alguns parâmetros que devem ser definidos para quem quer trabalhar coletivamente, o que Silva (2006) denomina de “código de conduta” para a atuação em rede.

Assim, como o conceito e a tipologia das redes não são unívocas entre os autores, os parâmetros necessários para a formação da conduta das redes também não o são, diversos autores definem o que é ou não necessário que exista em uma rede social. Portanto, aqui será apresentada uma visão geral dos elementos básicos que devem existir em uma rede organizacional, a partir da sistematização das idéias de diferentes autores.

O princípio fundamental de uma rede, seu espírito, é o que Silva (2006) define como **valores e objetivos compartilhados**, ou seja, seu “propósito unificador” (AYRES, 2002, s.p.). Organizações e/ou sujeitos só tem motivo para se articular quando existem objetivos compartilhados e definidos de maneira “esclarecedora, democrática e explícita” (SILVA, 2006, s.p.). Esses objetivos, segundo Whitaker (1993) podem ser a troca de informações, a formação de seus membros, a criação de laços de solidariedade entre os participantes, ou ainda a realização de atividades em conjunto.

Após a definição do objetivo comum, é necessária a **participação** ativa e espontânea de seus membros, afinal “uma rede só existe em movimento, sem participação deixa de existir” (SILVA, 2006). Seus membros devem colaborar voluntariamente, cada qual com sua habilidade, para o alcance do objetivo comum. É preciso também autonomia, pois “cada participante possui talentos únicos, diferentes e valiosos para trazer ao grupo e para exercer sua criatividade é preciso independência” (AYRES, 2002, s.p.).

Para consolidar autonomia e independência, é necessário que a organização da rede seja definida pela **multiliderança e horizontalidade**. Na organização em rede não há chefes, hierarquia de comando, pois todos estão no mesmo patamar, lutando por objetivos comuns, portanto, há “menos chefes e mais líderes” (AYRES, 2002), as decisões são tomadas coletivamente e vem de diversas fontes, como afirma Amaral “numa rede tem poder quem

tem iniciativa” (2002, s.p.). Em um sistema horizontal não existe representação, nem delegação de poder, todos têm diferentes tipos de responsabilidades e são responsáveis pelos efeitos de suas ações, visando sempre o objetivo comum.

Quando a realização de um objetivo depende menos da disciplina dos que dela participam do que do engajamento consciente de todos na ação, menos cabe comandar e controlar o que os outros fazem ou deixam de fazer: tem que se contar é com a lealdade de cada um para com todos, baseada na corresponsabilidade e na capacidade de iniciativa de cada um, e a organização pode ser feita numa estrutura em rede, horizontal (WHITAKER, 1993, s.p.).

Cumprir com a horizontalidade e multiliderança, requer comprometimento de todos os membros, responsabilidade compartilhada, determinação, disciplina e autonomia dos membros, o que não é uma realidade simples de ser vivida. Neste sentido, Tachizawa (2004) ao escrever sobre parcerias entre organizações, afirma que:

O pressuposto fundamental da parceira é o encontro de organizações autônomas, com identidades e posições claras. Mesmo tendo recursos e poderes distintos, elas devem-se reconhecer como iguais em determinado momento, além de conhecer e valorizar mutuamente a contribuição que cada uma pode dar. E devem adotar um comportamento com igual poder na relação, tanto para estabelecer objetivos como para definir os recursos necessários, os papéis e as responsabilidades. Parceira é o oposto de subordinação (2004, p.158).

A competição e o conflito de interesses devem ser superados pelo objetivo em comum, visando uma ação conjunta, onde nenhuma organização supere a outra, mas sim que todas tenham uma relação baseada no respeito mútuo e na horizontalidade.

Realimentação, informação, interligação entre os membros, são princípios cruciais para o funcionamento de redes. Sem informação, não há articulação, e sem essa não existirão ações. Em uma rede, a informação deve “circular livremente”, sem barreiras. Pontos diversos têm o dever de emití-la, para alcançar uma infinidade com outros pontos, estes também emissários de informações. (SILVA, 2006).

O processo de troca de informações deve ser contínuo, eficiente e rápido. Neste sentido, um grande aliado é a tecnologia da informação, principalmente com a internet que revolucionou as relações de comunicação. Castells, ao analisar a importância da informação/comunicação em nossa sociedade a situa como:

uma parte integral de toda a atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados (embora, com certeza, não determinados) pelo novo meio tecnológico (CASTELLS, 1999, p.108).

As tecnologias de comunicação permitem que a informação possa chegar a diversos pontos ao mesmo tempo, o que facilita a interligação dos membros e a realimentação do sistema, fundamental para a participação colaborativa e avaliação dos resultados.

Por fim, a rede deve ser **descentralizada e dinâmica**. Em uma rede não há centro, ou seja, todos os pontos da rede são um centro de comando que deve trabalhar independente dos restantes, embora devam estar sempre interligados. É necessário que todos os pontos estejam bem entrelaçados uns aos outros, pois isto dará resistência à estrutura, afinal “quanto maior for o entrelaçamento entre as várias organizações que compõem essa rede, maiores serão as chances de coesão em torno de objetivos definidos pelo conjunto. E mesmo que a rede sofra derrotas ou perca algumas organizações que a compõem não será facilmente destruída (MOREIRA, 1997, s.p.)”.

O dinamismo da rede refere-se a sua capacidade de movimento, que ultrapassa as barreiras físicas e geográficas, por serem estruturas flexíveis e horizontais. Afinal “redes só existem quando suas células estão interagindo exponencialmente, em dinâmicas e lógicas não lineares. É o movimento entrecruzado e plural dos pontos que constitui e legitima a rede” (SILVA, 2006, s.p.).

Estes são os princípios essenciais para que haja um trabalho em parceria, estruturado em rede. Mas que prevê como condição *sine qua non* para que ele ocorra, à necessidade das organizações aprenderem a ouvir e valorizar umas as outras, buscando uma relação horizontal, visando à transposição de fronteiras organizacionais.

2.5. TRABALHO EM REDE: O FOCO NAS RELAÇÕES E PARCERIAS

Em as redes sendo estruturas dinâmicas, horizontais, flexíveis, com diversos pontos de iniciativa interligados entre si, os atores sociais envolvidos em sua estrutura são fundamentais para sua efetivação. Como em uma rede, se reúnem diversos atores, com princípios, ideologias e formas de trabalho diversificadas, o processo de constituição de uma rede é complexo e desafiador, como afirma Tachizawa:

A parceria é uma arte; construí-la envolve habilidades e talento. É preciso respeitar cada um dos componentes envolvidos e verificar claramente o que não está sendo exposto nas conversas iniciais. É preciso saber ouvir e habilmente descobrir os pontos de identidade e espaços nos quais a soma dos talentos e das possibilidades individuais resultará em benefício para todos os participantes (2004, p.155).

Os papéis que cada ator desempenha na rede são flexíveis e interdependentes. Portanto, ao se falar em redes é fundamental pensar “como cada parceiro manterá sua identidade em um projeto comum, quais são as responsabilidades e limites de cada um e como trabalhar sem perder a autonomia” (TACHIZAWA, 2004, p.155). Nesse sentido, há a necessidade da efetivação de um processo de construção compartilhada entre os indivíduos relativos à construção dos “pactos sociais” (OLIVIERI, 2006, s.p.) ou padrões de relacionamento, sob o qual a rede será articulada.

O pacto social refere-se aos fundamentos e/ou princípios que irão reger as atividades e a identidade da rede. A convivência entre os seus integrantes será definida a partir do pacto social definido coletivamente, todos os integrantes devem reconhecer, compreender e respeitar o pacto social, este reconhecimento coletivo é fundamental para o sentido de pertencimento dos cidadãos na rede e sua motivação para atuarem ativamente. (OLIVIERI, 2006).

Esta nova forma de atuação onde as relações são horizontalizadas, com ausência de hierarquias e cargos definidos, evidencia-se a diversidade de papéis que podem ser assumidos pelos sujeitos, onde “cada ator pode desempenhar, com maior ou menor sucesso, vários e múltiplos papéis” (MARTELETO, 2001, s.p.).

Esta fluidez de papéis exige dos atores envolvidos uma mudança cultural, que supere os ranços da forma de trabalho hierarquizada e estática a que estão habituados, sendo para isso necessário “um esforço individual e coletivo para a superação da cultura autoritária, um

aprendizado permanente querendo construir novas relações humanas” (AMARAL, 2002, s.p.). Olivieri, ao escrever sobre a atuação em rede, afirma que:

a legitimidade histórica dessa forma de atuação indica a afirmação de sujeitos conscientes de suas identidades e seus valores, em pró-atividade pelas causas sociais, transformando uma cultura globalizada ao léu pela ‘mão invisível’ do mercado em uma cultura de cidadãos ativos, capazes de se responsabilizar pela construção coletiva de uma sociedade desejada e possível. Cidadania ativa, desenvolvimento de comunidades, estabelecimento de interconexões e redes colaborativas são fenômenos dinâmicos de uma sociedade em busca de novas formas de organização e expressão. (2006, s.p.).

Esta visão um pouco romântica da autora, é importante, pois revela que há uma cultura dominante de desarticulação e uma contracultura da cidadania ativa, que só será possível quando os cidadãos romperem com as amarras da ideologia imposta e tornarem-se cidadãos ativos, capazes e cientes da importância de seu papel na sociedade. Mas para que este procedimento ocorra, é necessário tempo, aprendizado, conscientização e motivação dos sujeitos e das organizações.

Um campo fértil de desenvolvimento desta nova cultura são as redes, pois nelas “ensaia-se uma nova experiência de convívio político, gerada pela horizontalidade, pela descentralização, pela desconcentração do poder e pelo aspecto não representativo” (AMARAL, 2002, s.p.). Isto possibilita novas formas de articulação baseadas “na atuação pmotivada por interesses comuns, em vez do relacionamento pautado pelo conflito e pela concorrência” (TACHIZAWA, 2004, p.157).

Mas este campo não é isento de conflitos e tensões, principalmente em se tratando de relações entre organizações assimétricas, isto é, estabelecidas entre parceiros institucionais desiguais ou muito desiguais em relação ao tamanho da organização ou seu poder de influência. Nesse sentido “a experiência de implementar uma cultura organizacional de rede revela-se uma política transformadora. É claro que a rede simbiótica, ideal, na qual todos colaboram de forma permanente, não existe, é ilusória” (AMARAL, 2002, s.p.).

Embora, nem sempre seja possível realizar parcerias baseadas na equidade e paridade institucional, “todas as parceiras devem ser feitas com base na autonomia e no respeito mútuo entre as instituições [...] para evitar que núcleos ou zonas de privilégios reforcem as assimetrias sociais e o acesso de oportunidades iguais” (TEIXERA, 2005, p.94).

“Autonomia e insubordinação são conceitos chaves” (AMARAL, 2002, s.p.), significando que, tanto os atores envolvidos como as organizações parceiras devem participar

da rede assumindo os seus fundamentos, dialogando constantemente, além de aprender a trabalhar de forma flexível e compreendendo que todos têm a mesma importância no processo. É necessária a construção compartilhada do conhecimento e “um reconhecimento da importância de muitos tipos diferentes de conhecimentos – tácito, vivido, teórico, histórico – para a compreensão dos problemas e a orientações das ações” (MARTELETO, 2001, s.p.).

Todavia esse processo não é simples, pois significa uma mudança cultural individual e coletiva, onde os indivíduos aprendam a lidar com diversos focos de iniciativas e autonomia. Necessitam modificar sua forma de trabalho, tendo responsabilidade e iniciativa de atuação sem esperarem ordens do superior, já que em uma rede não há hierarquia, nem centralidade de decisões, “todos tem o mesmo poder de decisão, porque decidem somente sobre sua própria ação e não sobre a dos outros” (WHITAKER, 1993, s.p.).

Podemos encontrar em Amaral (2002) uma contribuição das dificuldades e das mudanças necessárias para se trabalhar em rede.

Numa rede tem poder quem tem iniciativa. Assim, a localização do poder muda constantemente e não se concentra num só lugar. Esse fenômeno causa um certo atordoamento, já que estamos acostumados a obedecer ou mandar, a partir de funções fixas, determinadas hierarquicamente. Não estamos acostumados a decidir e compartilhar. Não temos o hábito de conviver com diversos focos de poder atuando simultaneamente e de forma independente, compartilhando objetivos comuns numa só estrutura. Sempre queremos ter o conforto de uma instância central que toma as iniciativas, decida e assuma as responsabilidades (2004, s.p.).

Aos atores participantes e envolvidos na atuação em rede trabalhar nestas significa ser independente, ter confiança em seu trabalho e ser um profissional constantemente propositivo. Para o funcionamento da rede, demanda-se dos atores preparação, renovação de conhecimentos para que a malha contínua de informações e ações não se fragmente, para que o fluxo seja contínuo.

As redes são estruturas inovadoras, democráticas que prevêm a liberdade da circulação de informações e a inexistência de censuras e barreiras, exigindo a reeducação de hábitos cristalizados no cotidiano dos sujeitos.

O exercício da liberdade, responsabilidade e democratização da informação, que a lógica das redes desenvolve, ajuda a mudar, nos seus participantes, os padrões de dominação, competição, autoritarismo e manipulação que a cultura dominante introjeta em cada um de nós. É uma prática nova que reeduca – embora essa reeducação possa ser um processo lento de superação dos hábitos, métodos e perspectivas que nos cercam de todos os lados, continuamente (WHITAKER, 1993, s.p.).

Ao pensar na organização em rede há que se considerar sua inserção na diversidade do mundo multicultural, que engloba diversas identidades e causas passíveis de lutas. Isto significa que a rede pode e deve ter a capacidade de englobar diversas questões na sua luta, se articular com movimentos que não sejam o seu, mas se relacionam a ele. Pensar em rede é pensar na diversidade e na articulação de causas, uma vez que:

o sujeito feminino (o gênero) [...] é também o sujeito indígena (a etnia), de cor morena (a raça), em terras devolutas (a questão ecológica), sem direitos (exclusão jurídica), sem participação na sociedade civil dominada (o político), pobre (o econômico), camponesa (a classe), analfabeta (a cultura formal) etc. (DUSSEL, 2000 apud, Warren, 2005, p.25).

Articular causas vai além da articulação de projetos e exige ênfase no diálogo, na capacidade intelectual e prática para que as organizações e/ou movimentos sociais mostrem como experiências e interesses de uma causa estão imbricadamente relacionados com as experiências e interesses de outras causas, e assim, unir forças com vistas a ir “além da política identitária, seja ela baseada no gênero ou na sexualidade, na raça ou na etnicidade, na classe ou nacionalidade” (GOLFARB, 1998 apud, Warren, 2005, p.26).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho trouxe uma reflexão sobre o terceiro setor no Brasil, demonstrando a complexidade de definir este setor, com sua legislação extensa, conceituação contraditória e suas Organizações abrangentes e diversas.

A análise histórica do Brasil, a fim de identificar como se deu a inserção do terceiro setor no país, foi fundamental para compreendermos, mesmo que inicialmente, como as ações sociais eram feitas por associações que não tinham relação com o Estado, mas sim com a Igreja Católica, demonstrando que desde o princípio o serviço social fora realizado pela igreja e suas entidades, ou seja, por organizações privadas, deixando marcas até hoje na sociedade brasileira e nos serviços sociais realizados pelas OTS.

Abordamos a legislação mais significativa que regulamenta o setor no Brasil, a fim de demonstrar a importância vital para as entidades de se regulamentarem para adquirirem certificações e logo benefícios estatais, como a isenção de impostos tributários e previdenciais, incentivos fiscais, além da possibilidade de fecharem acordos e parcerias com empresas privadas e governo por meio de projetos sociais.

A ação estatal demonstrou-se central na manutenção das OTS. Seja diretamente por meio da legislação e das parcerias, seja indiretamente por meio de empresas privadas que lucram com a redução de impostos ao financiarem projetos sociais.

Definir o conceito do que seja o terceiro setor implicou considerar as análises de dois autores, basicamente, com opiniões distintas. De um lado Montaña (2002), definindo o setor como funcional aos princípios neoliberais, por dismantelar os direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988 e desresponsabilizar o Estado no trato às questões sociais. Do outro lado Fernandes (1994) que o define como fundamental para a ampliação da esfera pública, para o fortalecimento da sociedade civil e para a ampliação da cidadania.

Ambos os autores tem análises pertinentes. O terceiro setor por ser um campo contraditório, que engloba diversas organizações com maneiras diferenciadas de trabalho, pensamento e ideologia, podendo servir tanto para ampliar a cidadania como para limitá-la. Pode tanto pressionar o Estado, chamando-o para a responsabilidade estatal, como pode servir aos interesses neoliberais, funcionando como uma empresa de venda de projetos sociais, como se as expressões da questão social fossem uma mercadoria.

O que diferencia uma atuação da outra, é uma linha tênue que é definida nos meios sob o qual as OTS trabalham. Nenhuma Organização é capaz de pressionar o Estado sozinha,

voltada para si mesmo, a articulação entre entidades, portanto, torna-se fundamental para que o terceiro setor atue na perspectiva de ampliação dos direitos sociais e da cidadania.

Todavia, a pesquisa realizada não demonstrou este processo, isto é, as OTS pesquisadas não evidenciaram possuir uma cultura de articulação entre organizações visando um projeto maior, de interesse para a sociedade. Cada uma está voltada para seus interesses, e embora realizem parcerias, estas são com o objetivo de captar recursos para a própria entidade, isto é, demonstrado pelo número de parcerias com o Estado e empresas privadas.

É preciso que as barreiras pra a formação de redes sejam superadas, e para isso é fundamental a superação da visão endógena das organizações. O terceiro setor é público, embora não estatal e privado embora sem fins lucrativos, portanto não deve haver concorrência entre OTS, mas sim cooperação e articulação, pois é somente desta maneira que este setor se tornará um meio de fortalecimento da sociedade civil, caso contrário ele será corrupto com seus princípios e funcionará como uma empresa, visando apenas o lucro.

Por fim, concluímos que o terceiro setor é um campo contraditório, recheado de possibilidades positivas e negativas que podem tanto fortalecer como dismantelar a sociedade civil. Ao mesmo tempo que pode ser uma esfera de contraposição aos preceitos neoliberais, pode ser funcional a ele e atuar como uma esfera mercantil, dependendo de como as organizações que o compõem compreendem o sentido e a finalidade de seu trabalho e de sua articulação para transformar a realidade posta.

Não é possível apenas uma posição favorável ou contrária a este setor, pois é uma realidade posta na sociedade, porém destaca-se uma posição clara de que o Estado deva ser o responsável pela assistência social e que a sociedade civil deva ser a responsável por reivindicar ações estatais neste campo. Ela deve ser o elo de resistência à ótica neoliberal e ao desmonte dos direitos sociais. Se as organizações do terceiro setor compõem a sociedade civil, estas têm por obrigação ética trabalhar nesta ótica, funcionar independente dos mecanismos de mercado e não perder sua finalidade, qual seja, a inclusão social e a transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **A Dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira**. In: Serviço Social e Sociedade, ano XXV, São Paulo, Cortez, 2004, p.43 – 71.

AMARAL, Viviane. **Desafios do trabalho em rede**, 2002. Disponível em: www.rits.org.br. Acesso em: 29 de nov. 2006.

AYRES, Bruno. **Redes Organizacionais do Terceiro Setor – Um olhar sobre suas articulações**, 2002. Disponível em: [www.rits.org.br/redes – teste/ rd_tmes-out2002.cfm](http://www.rits.org.br/redes-teste/rd_tmes-out2002.cfm). Acesso em: 29 de nov. 2006.

ARCOVERDE, A. C. B. **Questão Social no Brasil e Serviço Social**. In: Cadernos de Capacitação. Brasília, CFESS/CEAD/UNB, p.74 -86, 1999.

BERTOTTI, Cristiane. **Adolescente não brinca em serviço: A profissionalização precoce**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina , orientadora Dra. Ivete Simionatto, Florianópolis, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

BRASIL. **Novo Código Civil**. Exposição de motivos e texto sancionado. Secretaria especial de editoração e publicações, Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Legislação suplementar. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Estado de Assistência Social, 2 ed., Brasília, SEAS, 2001.

BRASIL. Congresso. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 177, de 2000**. Dispõe sobre a concessão ou renovação do certificado de entidade beneficente de Assistência Social. Disponível em: [http://www.anamec.org.br/cnas/resolu%E7%F5normativas/Resolu%20177-00%20CONCESS%C3O%20E%20RENOV%20DO%20CEFF%20-%20CNAS](http://www.anamec.org.br/cnas/resolu%E7%F5normativas/Resolu%20177-00%20CONCESS%C3O%20E%20RENOV%20DO%20CEFF%20-%20CNAS.htm). htm. Acesso em: 20 de nov. 2006.

BRASÍLIA. **Decreto nº 50.517**, de 2 de maio de 1961. Regulamenta a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/1950-1969/D50517.htm>. Acesso em: 20 de nov. 2006.

BRASILIA. **Lei nº. 9608** de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e da outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9608.htm>. Acesso em: 20 de nov. 2006.

CARDOSO, Ruth. **O Terceiro Setor na Ordem do dia**. Em O Estado de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: www.portaldovoluntario.org.br. Acesso em: 10 de Out. 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**, 1942. Tradução, Roneide Venâncio Majer; atualização para 6º edição: Jussara Simões – A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1, São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CATANI, Fábio. **História do Brasil**, Mótola, Porto Alegre, 2002.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Maria Cecília de Souza Minayo (Org.), Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: O Terceiro Setor na América Latina**, Rio do Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

FERRAREZI, Elisabete. **OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público: A Lei 9.790/99 como alternativa para o Terceiro Setor**/ Elisabete Ferrarezi, Valéria Rezende – Brasília: Comunidade Solidária, 2000.

FOLDER INSTITUCIONAL _____. Florianópolis, 2001.

FOLDER _____. Florianópolis, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 1987.

IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo, Cortez/Celats, 1982.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas teóricas e ético-políticas.** In: A profissão de Serviço Social na contemporaneidade. Desafios e Perspectivas, Debate CRESS – CE, p.5 – 31, 1997.

_____. **O Trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social.** In: Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais. Módulo 1: Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília, CFESS/ABEPS/CEAd/UNB, 1999.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajetória Política do Brasil: 1500 – 1964.** São Paulo. Companhia das Letras, 1993.

LANDIM, Leilah. **Para além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil,** textos de pesquisa, Iser, Rio de Janeiro, 1993.

MARQUES, Eduardo César. **Estado e Redes Sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Revan, São Paulo: FAPESP, 2000.

MARTELETO, Regina Maria. **Confronto simbólico, apropriação do conhecimento e produção de informação nas redes de movimentos sociais.** Datagramazero – revista de Ciência e Informação, v.2, n.1, 19 p, fev.2001.

MELO, Francisco Paulo de Melo. **Responsabilidade Social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor/** César Froes. Rio de Janeiro, Qualitymark, 1999.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **O Trabalho com redes como procedimento de intervenção profissional: o desafio da requalificação dos serviços.** In: Katálysis, v.5, n.1, Florianópolis, jan./jun. 2002.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social,** São Paulo, Cortez, 2002.

MOREIRA, Teresa. **Redes: um novo exercício de cidadania,** 1997.

OLIVIERI, Laura. **As redes e a atualização da experiência democrática: Ensaio em torno das proposições de comunidades virtuais de Pierre Lévy.** Impressa manual de redes sociais e internet do Centro de Direitos Humanos, 2006.

RELATÓRIO SOCIAL. **Balanco Social 2005** _____. Florianópolis/SC.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 91** de 28 de agosto de 1935. Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/snj/utilidadepublica/legislacao/1935lei91.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2006.

SCHERER-WARREN. Ilse. **Redes Sociais na sociedade da informação, in Maia e Castro. Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Edição UFMG, p.215 – 217, 2006.

_____. **Redes de Movimentos Sociais no mundo multicultural**. In. Katálsys, v.8, n.1, Florianópolis, p. 24-31, jan./jun. 2005.

_____. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**, São Paulo, Hucitec, 1999.

SELL, Carlos Eduardo. **ONGs: Trabalho de Base ou formação de Redes? Um Olhar sobre o CEDEP**. Dissertação de mestrado (pós-graduação em sociologia política) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade federal de Santa Catarina, Orientadora: Dra. Ilse Scherer – Warren. Florianópolis, 1997.

SILVA, Carlos Antonio. **O que são redes?** 2006. Disponível em: www.rits.org.br/redes-teste/rd-planej.cfm. Acesso em: 29 de nov. 2006.

SOUZA, Rosany Barcellos. AZEREDO, Verônica Gonçalves. **O Assistente Social e a ação competente: a dinâmica cotidiana**. In: Serviço Social e Sociedade, nº 80, ano XXV, São Paulo, Cortez, p.48 -58, Nov. 2004.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor: Criação de ONGs e estratégias de atuação**. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2004.

TEIXEIRA, José Paulo. **O Etho das Ongs: a emergência do terceiro social**. Florianópolis, Cidade Futura, 2005.

TELLES, Vera da Silva. **Sociedade Civil e a construção de espaços públicos**. In: DACININO, Evelino (org.). Os anos 90: Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 91 – 102.

TENÓRIO, Fernando. **Gestão de Ongs: Principais funções gerenciais**. 5º ed., Rio de Janeiro, editora FGV, 2001.

VEIGA, Sandra Mayrink. **Associações: Como construir sociedades sem fins lucrativos/** Sandra Mayrink Veiga, Daniel Rech. Rio de Janeiro, Fase, 2001.

WHITAKER, Francisco. **Rede: Uma estrutura alternativa de Organização**, 1993 - última atualização 2002. Disponível em: www.rits.org.br/acervo-pesquisa-detalhe.cfm. Acesso em: 29 de nov. 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista utilizado nas Organizações pesquisadas.

CADASTRO

Nome da Organização: _____.

Sigla: _____.

Endereço: _____ Bairro: _____ CEP _____.

Cidade: Florianópolis/ SC.

Razão Jurídica: _____.

Fone: (48) _____ Fax: (48) _____.

E-mail: _____.

Site: _____.

SOBRE A ASSOCIAÇÃO

Perfil

01.Data de Fundação

02. Possui Sede Própria:

03.Qual o nível de atuação da Organização?

() No Bairro

() Municipal

() Regional

() Estadual

() Nacional

() Internacional

() outra

04.Quais projetos a Organização desenvolve?

RECURSOS HUMANOS

05.Qual o Público Alvo?

- 06.Quantas pessoas atende atualmente?
- 07.Quantos funcionários atuam na Organização?
- 08.Quantos Voluntários?
- 09.Há Assistentes Sociais trabalhando na Organização?
- 10.Se sim, Quantos são?
- 11.Desde quando há Assistentes Sociais na Organização?
- 12.Que tipo de trabalho estes profissionais desenvolvem?

REDES

13. A Organização participa de Encontros e/ou eventos nacionais ou internacionais que reúnam outras Organizações, para discutirem projetos em comum?

Se sim, quais?

14.A Ong realiza trabalhos em parceria ou para outras Ongs?

15.Se sim, que tipo?

- ☐ Financiamento
- ☐ Assessoria
- ☐ Prestação de Serviços
- ☐ outros

16.A Organização realiza atividades em Parceria com outras Organizações:

- ☐ nenhuma
- ☐ palestras
- ☐ seminários
- ☐ Feiras e Festas
- ☐ Fóruns
- ☐ reivindicações , passeatas
- ☐ outras

17. Considera estas parceiras importantes?

Porque?

18.Se há parceria, qual o resultado obtido com a atuação em rede?

() NR

Especifique:

19. Em quais Conselhos Municipais a Organização participa?

- ☐ Nenhuma
- ☐ Criança e Adolescente
- ☐ Assistência Social
- ☐ Desenvolvimento Econômico
- ☐ Educação
- ☐ Saúde
- ☐ Outro. Qual?

20. De que maneira participa?

- ☐ ouvinte
- ☐ representante da sociedade civil organizada
- ☐ outra. Qual?

21. Qual cargo ocupa neste Conselho?

RECURSOS

22. A Organização recebe financiamento?

23. Se sim, qual a porcentagem de contribuição de cada uma das seguintes esferas?

- ☐ Municipal
- ☐ Estadual
- ☐ Federal
- ☐ Agências internacionais de cooperação não governamental
- ☐ Agências nacionais de cooperação não governamental
- ☐ empresas privadas
- ☐ entidades ligadas a Igreja
- ☐ Fundações Públicas
- ☐ Fundações Privadas
- ☐ Outros. Quais?

24. Na Organização há um setor ou pessoa responsável por captar recursos e/ou parceiros?

25. Se Sim, qual a estratégia da Organização para Captar esses parceiros?

26. Quais são as dificuldades encontradas pela Organização ao procurar parceiros ?

- ☐ Burocracia
- ☐ diferença de interesses
- ☐ dificuldade em adaptar o projeto
- ☐ Qualificação dos Profissionais das Ots
- ☐ Linguagem
- ☐ outros:

27. Quais são as dificuldades encontradas pela Organização ao procurar Financiamento?

- ☐ Burocracia
- ☐ diferença de interesses
- ☐ dificuldade em adaptar o projeto
- ☐ qualificação dos profissionais da OTS
- ☐ linguagem
- ☐ outros. Quais?

28. Quais as principais dificuldades internas para aceitarem parcerias?

- ☐ falta de entendimento por parte dos dirigentes
- ☐ falta de previsão no plano político da Organização
- ☐ não consideram necessário a parceria
- ☐ outros

PROJETO DE APRENDIZAGEM

29. Especificamente no Projeto de Aprendizagem, quais parcerias já estão consolidadas?

30.Como os jovens chegam até o programa?

- ☐ espontaneamente
- ☐ encaminhado de outras instituições
- ☐ outra

31. O projeto consegue atender todos/as os/as interessados/as?

32.Há fila de espera para atendimento no programa? () sim () não

Se sim, de quantos?

33.A Organização dispõe de uma rede de apoio para os jovens que não se enquadram no perfil do projeto?

34.Se sim, de que maneira ocorre?

- ☐ Banco de dados de outras organizações
- ☐ Encaminhamento imediato a outras Organizações parceiras
- ☐ outra

35.De que maneira as empresas parceiras do projeto, participam dos interesses da Organização?

- ☐ não participam
- ☐ financeiramente
- ☐ disponibilizam voluntários
- ☐ participam dos eventos promovidos pela Organização.
- ☐ outro

36.Há ainda alguma outra questão ou tema de seu interesse e que gostaria de comentar?